



IMPIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

EMPRESAS DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

- Exercício de 2017 -

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

FICHA TÉCNICA

Título: Empresas do Sector da Construção – Análise Económico-Financeira – Exercício de 2017

Edição:

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11 - 1069-010 Lisboa

Telefone: 21 794 67 00 | Fax: 21 794 67 90 | Página da Internet: <http://www.impic.pt> | Correio Eletrónico: geral@impic.pt

Março 2019

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS	6
1.1. PANORAMA GERAL	6
1.2. SETOR DA CONSTRUÇÃO.....	7
1.2.1. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO MUNDO	8
1.2.2. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NA EUROPA.....	9
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	11
2.1. EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES	11
2.1.1. CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA	14
2.2. DIMENSÃO DAS EMPRESAS.....	16
2.3. EMPREGABILIDADE DAS EMPRESAS	19
2.4. REQUISITOS LEGAIS	19
2.4.1. CAPITAL PRÓPRIO	20
2.4.2. LIQUIDEZ GERAL.....	21
2.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA.....	25
2.5. OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	29
2.5.1. INDICADORES FINANCEIROS	29
2.5.2. INDICADORES ECONÓMICOS	33
3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SETOR DA CONSTRUÇÃO	39
4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS	43
SÍNTESE	46

Quadros

Quadro 1 – Caracterização das empresas por dimensão.....	6
Quadro 2 – Estrutura do tecido empresarial português.....	6
Quadro 3 – O Setor da Construção dentro do tecido empresarial português.....	7
Quadro 4 – Países europeus por Volume de Vendas das suas empresas no TOP 100.....	9
Quadro 5 – Classes de Alvará e limites.....	11
Quadro 6 – Evolução das empresas com títulos habilitantes.....	11
Quadro 7 – N.º de empresas com títulos habilitantes.....	12
Quadro 8 – N.º de empresas com alvarás de construção.....	13
Quadro 9 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	15
Quadro 10 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	16
Quadro 11 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	17
Quadro 12 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras públicas.....	18
Quadro 13 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras particulares.....	18
Quadro 14 – Média de trabalhadores, por dimensão da empresa e título habilitante.....	19
Quadro 15 – Valores mínimos de Capital Próprio e taxa de incumprimento.....	20
Quadro 16 – Incumprimento do valor de Capital Próprio por tipo de alvará.....	21
Quadro 17 – Liquidez Geral das empresas da amostra.....	21
Quadro 18 – Liquidez Geral por Regiões (NUTS II).....	22
Quadro 19 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras públicas.....	22
Quadro 20 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras particulares.....	22
Quadro 21 – Liquidez Geral das empresas, por título habilitante.....	23
Quadro 22 – Incumprimento do rácio de Liquidez Geral.....	24
Quadro 23 – Autonomia Financeira por Classes.....	25
Quadro 24 – Autonomia Financeira por Regiões (NUTS II).....	25
Quadro 25 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras públicas.....	26
Quadro 26 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras particulares.....	26
Quadro 27 – Autonomia Financeira das empresas, por título habilitante.....	27
Quadro 28 – Incumprimento do rácio de Autonomia Financeira.....	28
Quadro 29 – Indicadores Financeiros.....	30
Quadro 30 – Indicadores Financeiros, por Regiões (NUTS II).....	32
Quadro 31 – Indicadores Económicos.....	34
Quadro 32 – Número de empresas com Resultado Líquido negativo, por título habilitante.....	35
Quadro 33 – Número de empresas por escalões de Resultado Líquido.....	36
Quadro 34 – Indicadores Económicos, por Regiões (NUTS II).....	38
Quadro 35 – TOP 20 em Volume de Negócios.....	39
Quadro 36 – Indicadores Financeiros das TOP 20.....	41
Quadro 37 – Indicadores Económicos das TOP 20.....	42
Quadro 38 – Representatividade da amostra por país.....	43
Quadro 39 – Valores médios dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus.....	44

Gráficos

Gráfico 1 – Variação anual do Investimento no Setor da Construção, em %.....	10
Gráfico 2 – Empresas com título habilitante válido mas sem atividade.....	13
Gráfico 3 – Distribuição geográfica.....	14
Gráfico 4 – Constituição da amostra.....	14
Gráfico 5 – Peso relativo das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	16
Gráfico 6 – Liquidez Geral (mediana) por título habilitante.....	23
Gráfico 7 – Autonomia Financeira (mediana) por título habilitante.....	27
Gráfico 8 – Indicadores Financeiros.....	30
Gráfico 9 – Indicadores Económicos.....	34
Gráfico 10 – Peso do TOP 20 em termos de Volume de Negócios.....	40
Gráfico 11 – Comparativo dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus.....	44

INTRODUÇÃO

Na continuidade dos reportes dos anos anteriores, embora revisto no sentido de se tornar mais legível, o presente relatório apresenta os dados económico-financeiros disponíveis relativos às empresas (sociedades e empresários em nome individual com contabilidade organizada) detentoras de alvará de construção, relativamente ao exercício de 2017, nele se destacando os seguintes aspetos:

- Análise do tecido empresarial português;
 - Análise do setor da construção português e comparação com os dados mundiais e europeus;
 - Análise da situação económico-financeira das empresas, através dos seguintes indicadores:
 - *Capital Próprio;*
 - *Liquidez Geral;*
 - *Autonomia Financeira;*
 - *Liquidez Reduzida;*
 - *Cobertura do Ativo Não Corrente;*
 - *Solvabilidade;*
 - *Endividamento;*
 - *Estrutura de Endividamento;*
 - *Resultado Líquido do Exercício;*
 - *Rentabilidade do Capital Próprio;*
 - *Rentabilidade do Ativo;*
 - *Volume de Negócios;*
 - *Rotação do Ativo;*
 - *Rentabilidade das Vendas;*
 - *Margem EBITDA.*
 - Para cada um dos 3 primeiros indicadores – os legalmente exigidos – será apresentada uma análise mais pormenorizada, tendo em consideração os diferentes títulos habilitantes, o tipo de obra a que dizem respeito, a região NUTS II e os valores mínimos definidos pela Lei;
 - Para os restantes indicadores será realizada uma análise de enquadramento conjunta, por tipo de obra e por região NUTS II;
 - Para todos os casos será apresentada a análise de tendência dos valores, pelo menos nos últimos 3 anos.
- Destaque das 20 maiores empresas do sector da construção, tendo em consideração o indicador Volume de Negócios, comparando-as com os resultados globais;
 - Comparação dos indicadores do sector da construção em Portugal com outros países europeus.

1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

1.1. PANORAMA GERAL

De acordo com o artigo n.º 2 do Anexo do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a dimensão das empresas é caracterizada da seguinte forma:

Quadro 1 – Caracterização das empresas por dimensão

Dimensão	N.º de Efetivos	Volume de Negócios
<i>Grande</i>	≥ 250	> 50 M€
<i>Média</i>	< 250	≤ 50 M€
<i>Pequena</i>	< 50	≤ 10 M€
<i>Micro</i>	< 10	≤ 2 M€

Segundo os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE), a estrutura do tecido empresarial português, do universo das empresas não financeiras, segue a distribuição representada no quadro seguinte.

Quadro 2 – Estrutura do tecido empresarial português

Dimensão	2016		2017 ^(p)		Δ	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
<i>Grandes Empresas</i>	1.038	0,09%	1.134	0,09%	96	0,01%
<i>Médias Empresas</i>	6.128	0,51%	1.211.398	99,91%	16.334	-0,01%
<i>Pequenas Empresas</i>	38.600	3,23%				
<i>Micro Empresas</i>	1.150.336	96,17%				
Total	1.196.102	100%	1.212.532	100%	16.430	-

Fonte: INE









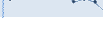






^(p) - Dados Provisórios

Conforme se pode verificar, em 2016, a grande maioria das empresas eram microempresas, as quais representavam cerca de 96,17% do total, sendo o conjunto de micro, pequenas e médias empresas representativo de 99,91% das empresas portuguesas. Em 2017, o número de novas empresas criadas e a sua dimensão provocaram apenas uma alteração marginal nas percentagens relativas, não sendo suficiente para alterar a estrutura de distribuição.

1.2. SETOR DA CONSTRUÇÃO

Tendo em conta o panorama geral e os dados disponibilizados pelo INE relativamente aos diversos setores da economia, apresenta-se de seguida uma análise comparativa e evolutiva do setor da construção na última década (2008 – 2017), sendo os dados deste último ano provisórios.

Quadro 3 – O Setor da Construção dentro do tecido empresarial português

Número total de empresas em Portugal										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
1.235.989	1.199.843	1.145.390	1.113.559	1.065.173	1.098.409	1.128.258	1.163.082	1.196.102	1.212.532	
Número de empresas do setor da construção e peso relativo										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
125.045	116.686	105.463	97.980	87.592	81.335	77.844	77.906	78.866	79.752	
10,12%	9,73%	9,21%	8,80%	8,22%	7,40%	6,90%	6,70%	6,59%	6,58%	
Pessoal ao serviço das empresas em Portugal										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
3.961.546	3.834.544	3.732.512	3.631.747	3.405.269	3.377.598	3.449.428	3.578.913	3.704.740	3.846.426	
Pessoal ao serviço das empresas do setor da construção e peso relativo										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
525.468	487.348	444.669	403.575	340.913	307.907	294.458	297.344	301.862	310.275	
13,26%	12,71%	11,91%	11,11%	10,01%	9,12%	8,54%	8,31%	8,15%	8,07%	
Solvabilidade das empresas em Portugal										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
44%	46%	51%	49%	47%	49%	47%	50%	52%	53%	
Solvabilidade das empresas do setor da construção e diferença para o valor nacional										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
26%	25%	28%	27%	26%	28%	30%	32%	35%	40%	
-18,00%	-21,00%	-23,00%	-22,00%	-21,00%	-21,00%	-17,00%	-18,00%	-17,00%	-13,00%	
Volume de Negócios das empresas em Portugal										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
365.829.138	334.344.857	349.491.043	341.442.776	320.136.230	317.715.145	323.008.554	331.601.856	340.479.969	369.641.268	
Volume de Negócios das empresas do setor da construção e peso relativo										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
36.276.715	34.719.806	34.863.222	29.121.915	22.043.171	19.495.745	18.134.433	17.953.277	17.490.657	19.378.121	
9,92%	10,38%	9,98%	8,53%	6,89%	6,14%	5,61%	5,41%	5,14%	5,24%	
VAB das empresas em Portugal										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
88.037.161	84.226.853	84.955.936	79.339.132	73.125.519	73.111.437	76.130.692	80.547.613	85.410.310	91.996.825	
VAB das empresas do setor da construção e peso relativo										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^(p)	Tendência
10.600.397	9.675.697	8.806.324	7.489.758	6.019.164	5.508.212	5.336.992	5.402.865	5.365.771	5.923.567	
12,04%	11,49%	10,37%	9,44%	8,23%	7,53%	7,01%	6,71%	6,28%	6,44%	

Fonte: INE

De uma forma geral, os valores apresentados para Portugal refletem os efeitos esperados da crise económica que assolou o país no período em análise, verificando-se uma recuperação de todos os indicadores nos últimos anos, sendo que, em alguns casos, para valores melhores do que os apresentados em 2008.

Já no que respeita ao setor da construção, a recuperação é muito mais tímida, verificando-se essencialmente nos valores absolutos e continuando a perder nos valores relativos, sinónimo da redução da importância económica do setor em Portugal. De facto, o ajustamento económico por que passou o país nos últimos anos penalizou fortemente o setor, apresentando este uma recuperação ainda marginal e muito longe dos valores de há uma década.

1.2.1. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO MUNDO

Segundo o estudo “GPoC 2017 – Global Powers of Construction” elaborado pela Deloitte, o grupo MOTA-ENGIL SGPS S.A. e a empresa TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. constam do ranking das 100 maiores empresas de construção do mundo em 2017, em termos de *Volume de Negócios*, ocupando, respetivamente, a 71.^a e 93.^a posição, numa tabela que é liderada, nos primeiros 4 lugares, por empresas chinesas e em que aparece no 5.^o lugar a francesa Vinci (40.248 M€) e, no 6.^o, a espanhola ACS (34.898 M€).

As duas empresas portuguesas que, segundo os dados do referido estudo apresentaram 2.597 M€ e 1.036 M€ de *Volume de Negócios*, variaram as suas vendas em +17,51% e -15,77%, respetivamente, relativamente ao ano anterior.

As companhias chinesas ocupam 10 lugares no TOP 100 e, mesmo que não sejam do país mais representado – o Japão, Reino Unido e Estados Unidos da América têm 14, 12 e 11 representantes, respetivamente –, ocupam metade dos 10 primeiros lugares e, em conjunto, atingem 40% (317.716 M€) de todas as vendas do TOP 100 (1.098.569 M€). Contudo, este domínio em termos de *Volume de Negócios* deve-se sobretudo ao benefício de exploração do enorme mercado interno da China que, obviamente, é absorvido pelas empresas estatais do país.

Se utilizarmos o montante da atividade além-fronteiras como fator de ordenação, a espanhola ACS, seguida da francesa Vinci, com 87% e 41% do seu *Volume de Negócios* a ser gerado fora do seu território, lideram a tabela.

De resto, a nível internacional, o TOP 100 em termos de *Volume de Negócios* tem representantes de 29 países, com Portugal a ocupar o 20.^o lugar, apresentando um crescimento homólogo do indicador em apreço de 6%, tal como a média das 100 empresas.

Os dados do GPoC 2017 mostram ainda que a *Margem EBIT* do TOP 100 GPoC é de 5,79%, enquanto as 25.705 empresas que constituíram a amostra para a elaboração deste relatório apresentaram um valor de 3,79% e o TOP 20 dessas empresas, 4,75%, conforme se verá adiante.

1.2.2. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NA EUROPA

Dos 29 países representados no TOP 100 de 2017, 15 são europeus, com 46 empresas representadas. Portugal ocupa o 11.º lugar a nível europeu, baixando uma posição em relação a 2016 e voltando ao lugar que ocupou em 2013, conforme se pode visualizar no Quadro 4. As primeiras 8 posições mantêm-se inalteradas desde 2015.

Quadro 4 – Países europeus por Volume de Vendas das suas empresas no TOP 100

Posição	2013	2014	2015	2016	2017
1	França	França	França	França	França
2	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
3	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido
4	Alemanha	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia
5	Suécia	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria
6	Áustria	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda
7	Holanda	Alemanha	Itália	Itália	Itália
8	Finlândia	Itália	Turquia	Turquia	Turquia
9	Itália	Turquia	Portugal	Grécia	Finlândia
10	Turquia	Portugal	Finlândia	Portugal	Grécia
11	Portugal	Finlândia	Bélgica	Finlândia	Portugal
12	Noruega	Bélgica	Grécia	Noruega	Suíça
13	Polónia	Noruega	Suíça	Suíça	Noruega
14	Suíça	Suíça	Noruega	Bélgica	Bélgica
15	Bélgica	Dinamarca	Dinamarca	Dinamarca	Alemanha
16	Dinamarca	Grécia	Alemanha	Alemanha	--
17	Grécia	Polónia	--	--	--
TOTAL	328.423 M€	293.404 M€	300.989 M€	294.618 M€	303.411 M€

Fonte: GPoC 2017 – Global Powers of Construction – Bloomberg. Deloitte analysis

Nos últimos cinco anos, Portugal tem vindo a oscilar a sua posição no ranking das maiores empresas de construção da Europa entre as 11.ªs posições de 2017 e 2013 e a 9.ª posição de 2015.

No mesmo período, verificou-se que as companhias europeias apresentaram um *Volume de Negócios* anual a oscilar em torno dos 300.000 milhões de euros, tendo-se registado, em 2017, um aumento de 2,98% face ao ano de 2016.

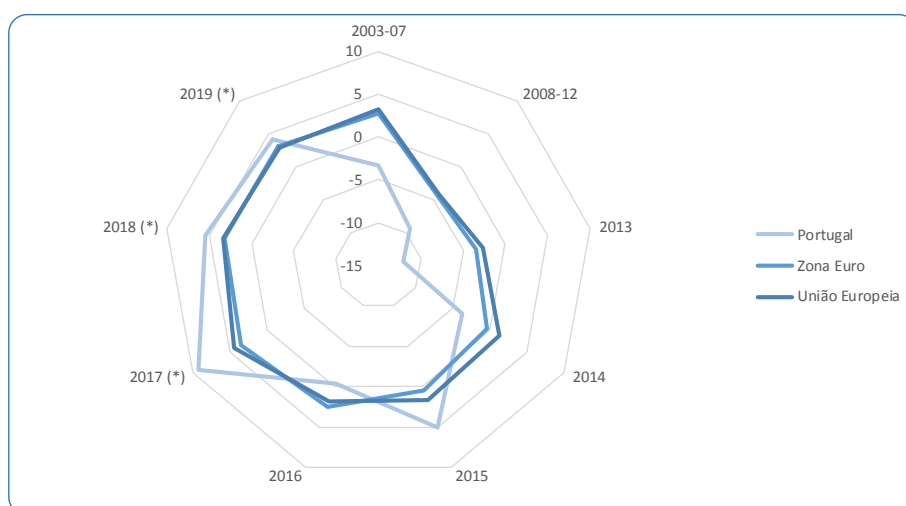
As três maiores empresas europeias em termos de *Volume de Negócios*, designadamente, a Vinci (FR), a ACS (ES) e a Bouygues (FR), representam 9,84% do *Volume de Negócios* do TOP 100 do GPoC (108.050 M€ em 1.098.569 M€), com a Vinci a obter a maior capitalização bolsista entre todas as empresas, tendo aumentado o seu valor 32% em relação a 2016. O gigante francês realiza 41% das suas vendas no estrangeiro, principalmente no Reino Unido e Alemanha, e 18% delas provêm de negócios na área das concessões, que continua a expandir. Ainda em 2017 a Vinci comprou uma posição de 51% nas Lojas Francas Portugal, fortalecendo a sua área de negócios relacionada com o retalho aeroportuário.

Nas 46 empresas europeias do TOP 100 de *Volume de Negócios*, a MOTA-ENGIL SGPS S.A. e a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. ocupam a 31.ª e a 44.ª posição, significando que a primeira subiu duas posições em relação a 2016 (regressando ao lugar de 2015) e a segunda, uma posição.

De acordo com o GPoC, apesar do investimento na construção ter vindo a aumentar nos anos mais recentes, o setor ainda não conseguiu recuperar os números anteriores à crise financeira de 2008. No entanto, as perspetivas para a União Europeia são animadoras, uma vez que o PIB cresceu 2,8% em 2017, ao mesmo tempo que o investimento no setor cresceu 3,8% nos EU-27. O “Plano Juncker” também irá, conforme se espera, contribuir para o aumento do crescimento europeu e com isso aumentar o investimento. E, neste aspeto, há que não esquecer que existe uma relação positiva entre o crescimento do PIB e o investimento em construção.

Graficamente, o investimento no setor por parte de Portugal e da União Europeia, com particular destaque para a Zona Euro, é representado no Gráfico 1. Nele, é possível observar a evolução ocorrida nos anos de pré-crise (2003-2007), a forte contração que se seguiu, ainda mais marcante em Portugal, até 2013/ 2014, assim como o crescimento das taxas de investimento nos anos seguintes, incluindo as projeções para 2017 a 2019. Essas projeções preveem que Portugal invista na construção, nesses anos, acima da média comunitária.

Gráfico 1 – Variação anual do Investimento no Setor da Construção, em %



(*) Dados provisórios

Fonte: GPoC 2017 – Global Powers of Construction – Bloomberg. Deloitte analysis

Nota ainda para o facto de o GPoC indicar que, em 2017, a *Margem EBIT* das empresas de construção europeias foi de 5,0%, ou 3,8%, se considerarmos apenas a atividade ligada à construção nessas mesmas empresas.

2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017

2.1. EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

A Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, corrigida pela Declaração de Retificação n.º 27/2012, publicada na 1.ª série do Diário da República, define os valores máximos, em euros, das obras permitidas por cada uma das classes de alvará, quer de obras públicas, quer de obras particulares, da seguinte forma:




Quadro 5 – Classes de Alvará e limites

Classes de habilitações	Valores máximos das obras permitidas (€)
1	Até 166.000
2	Até 332.000
3	Até 664.000
4	Até 1.328.000
5	Até 2.656.000
6	Até 5.312.000
7	Até 10.624.000
8	Até 16.600.000
9	Acima de 16.600.000

A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, estabelece ainda os limites dos certificados de empreiteiro de obras públicas e de obras particulares, nos n.ºs 2 dos artigos 7.º e 25.º, em 20% do limite fixado para a classe 1 de alvarás.

Em 31.12.2017 o IMPIC tinha homologados 50.593 títulos habilitantes, entre alvarás e certificados de obras públicas e de obras particulares. Para efeitos de análise da estrutura do tecido empresarial do sector da construção, foi tido em consideração o universo de 47.796 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos nessa data. Deste universo, foram analisadas 30.218 entidades, número correspondente àquelas que, de entre as primeiras, a Informa D&B e a ferramenta de pesquisa que disponibiliza, a SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, devolvem algum tipo de informação.

Quadro 6 – Evolução das empresas com títulos habilitantes

Período de referência	N.º de Empresas do Setor F - construção ⁽¹⁾	N.º de Empresas com Títulos Habilitantes ⁽²⁾	Das quais, constantes no SABI/ Informa D&B
2014	77.844	47.030	-
2015	77.906	45.766	-
2016	78.866	48.030	29.416
2017	79.752	47.796	30.218
Tendência			

⁽¹⁾ Fonte: INE; Valor referente a 2017 é provisório

⁽²⁾ Fonte: IMPIC; Empresas com NIF português

O quadro anterior (dados do INE) dá-nos uma perspetiva da evolução do número de empresas com CAE do setor da construção nos últimos quatro anos e relaciona-a com o número de empresas com NIF português que possuíam pelo menos um título habilitante válido no final do ano de 2017. Nos anos em análise, o rácio entre o número de empresas registadas e o número de empresas com CAE da construção rondou sempre os 60%.

Os n.ºs 3 dos artigos 6.º e 7.º da já referida Lei n.º 41/2015 estabelecem que os títulos habilitantes de obras públicas permitem também que os empreiteiros executem obras particulares dentro dos mesmos limites, pelo que, mais do que a existência de empresas com títulos habilitantes em obras públicas e obras particulares, que pode ser observada mais adiante no Quadro 8, é curioso encontrarem-se casos de empresas que possuem não só alvará como certificado relativamente ao mesmo tipo de obra, conforme nos mostra o Quadro 7. Esta situação acontecerá, certamente, por o segundo ter sido solicitado há mais tempo, tendo a empresa se deparado com a necessidade de aumentar o título habilitante.

No conjunto das 30.218 entidades, 28.109 possuem um título habilitante de obras públicas e 3.827 de obras particulares, o que faz com que possa concluir que 1.718 possuem um ou mais títulos habilitantes de ambas as categorias. De facto, uma análise às empresas com títulos habilitantes válidos permite constatar que 28.523 possuem apenas um título habilitante, 1.673 possuem dois, 21 possuem três e uma empresa possui mesmo todos os títulos habilitantes existentes.

Quadro 7 – N.º de empresas com títulos habilitantes

Habilitação em Obras Públicas			
Alvará	Certificado	Total	Alvará e Certificado
15.710	12.399	28.109	967
Habilitação em Obras Particulares			
Alvará	Certificado	Total	Alvará e Certificado
3.101	726	3.827	29

Fonte: IMPIC

O Quadro 8 mostra que, em 31.12.2017, no conjunto das 30.218 entidades identificadas, 18.811 possuíam alvarás. Destas, 15.710 (83,51%) tinham alvarás de obras públicas e 3.101 (16,49%), alvarás de obras particulares. Comparativamente ao período homólogo, verifica-se um crescimento de 6,23% dos alvarás de obras particulares em detrimento dos alvarás de obras públicas.

A grande maioria das empresas com alvará de obras públicas, 15.587 das 15.710, correspondendo a cerca de 99,22%, era exclusivamente detentora desse tipo de alvará. Quanto às empresas exclusivamente detentoras de alvará de obras particulares, contam-se 2.978 de um total de 3.101 empresas, correspondendo a cerca de 96,03%.

Estes valores indiciam, sem qualquer dúvida, a existência de uma especialização das empresas por tipo de obra, até porque as 123 empresas que possuem simultaneamente alvarás de construção de obras públicas e particulares correspondem a um valor residual de apenas 0,65%.

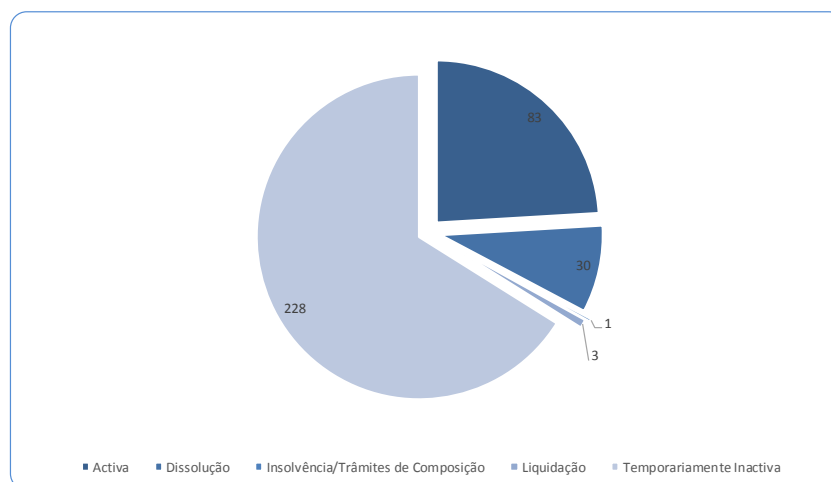
Quadro 8 – N.º de empresas com alvarás de construção

		Alvará de Obras Públicas									
Sem outro alvará		cl. 1	cl. 2	cl. 3	cl. 4	cl. 5	cl. 6	cl. 7	cl. 8	cl. 9	Total
		7.239	4.136	1.587	1.226	917	245	120	51	66	15.587
Alvará de obras particulares	cl. 1	773	9	8							790
	cl. 2	1.988	35	25	2		1				2.051
	cl. 3	101	9	6	2		1				119
	cl. 4	64	3	11	4	1	1				84
	cl. 5	39		1	1	2					43
	cl. 6	13									13
	cl. 7	0				1					1
	cl. 8	0									0
	cl. 9	0									0
	Total	2.978	7.295	4.187	1.596	1.230	920	245	120	51	66
		15.710									

Fonte: IMPIC

Das 30.218 entidades identificadas na base de dados, 4.168 não apresentaram dados financeiros em 2017 e 345 apresentaram um número de empregados e um volume de vendas igual a zero, apesar de terem um título habilitante válido, de onde se conclui tratar-se de empresas que, durante o ano de 2017, não tiveram atividade. Relativamente a estas últimas, a Informa D&B, face ao histórico de resultados apresentados, classifica-as da forma apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Empresas com título habilitante válido mas sem atividade

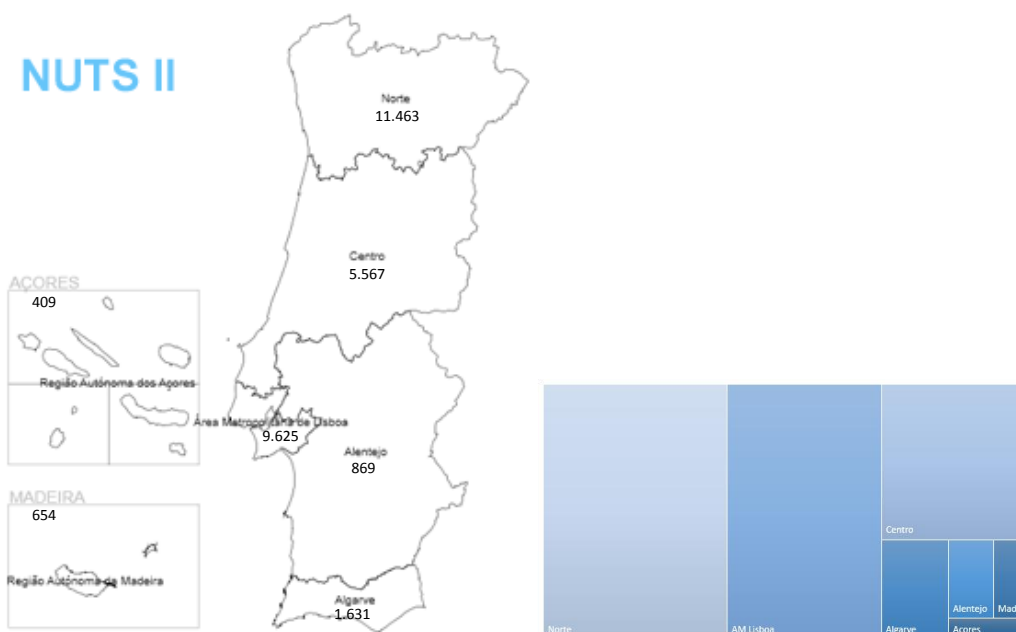


Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

As já referidas 30.218 entidades com NIF português e com algum título habilitante válido distribuem-se geograficamente da forma que é apresentada no Gráfico 3, com a região Norte a ser aquela que mais empresas possui, seguida pela Área Metropolitana de Lisboa e pela região Centro. Sem surpresa, são os territórios insulares que albergam um menor número de empresas.

Noutra perspetiva, a Área Metropolitana de Lisboa é a que acolhe a maior percentagem de grandes empresas, com 55,75% do total, seguida da região Norte com 29,20% e da região Centro com 7,96%. Já as médias, pequenas e microempresas têm mais peso na região Norte, com 43,14%, 42,36% e 36,51%, respetivamente, do total nacional.

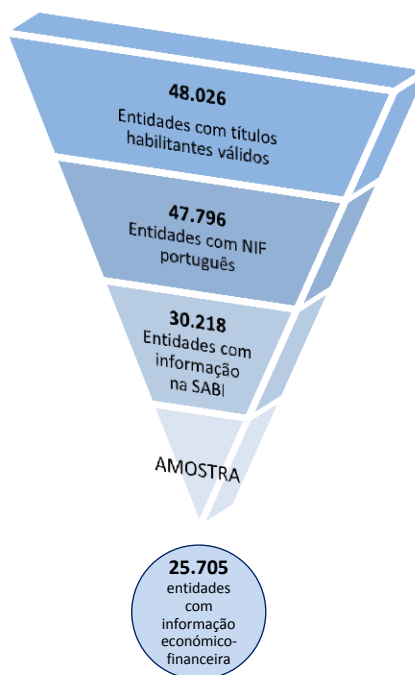
Gráfico 3 – Distribuição geográfica



2.1.1. CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A constituição da amostra para o presente relatório foi efetuada conforme exposto no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Constituição da amostra



Como referido anteriormente, neste relatório tomou-se em consideração o universo de 47.796 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos em 31.12.2017. Destas entidades, foi possível obter algum tipo de informação na Informa D&B, através da ferramenta de pesquisa SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, relativamente a 30.218 delas. Porém, em apenas 25.705 casos foi possível obter informação suficiente para proceder à análise económico-financeira das empresas, constituindo estes a base de trabalho para as análises efetuadas nos capítulos seguintes.

As 25.705 empresas constituintes da amostra representam 53,78% das empresas com NIF português e com títulos habilitantes válidos, o que se traduz num aumento significativo da representatividade da amostra, uma vez que nos 3 anos anteriores esse valor oscilou entre os 30,59% de 2015 e os 36,15% de 2016. Para este aumento contribuiu fortemente a análise económico-financeira, neste relatório, das empresas com o título habilitante de certificado, situação que não se tinha verificado até agora, face à inexistência do título antes de julho de 2015 e à falta de histórico para comparação em 2016.

O Quadro 9 dá conta da representatividade dos títulos habilitantes pertencentes às 25.705 empresas da amostra face ao universo de títulos habilitantes (50.593 títulos pertencentes a 48.026 entidades), incluindo aqueles que foram atribuídos a empresas com NIF estrangeiro.

Quadro 9 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão

Habilitação em Obras Públicas												
	Título Habilitante									Total Alvarás	Certificado	Total
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9			
Títulos válidos	8.980	4.584	1.663	1.254	957	250	126	51	70	17.935	26.487	44.422
Amostra	6.531	3.847	1.469	1.144	861	225	110	43	58	14.288	9.599	23.887
Representatividade	72,7%	83,9%	88,3%	91,2%	90,0%	90,0%	87,3%	84,3%	82,9%	79,7%	36,2%	53,8%
Habilitação em Obras Particulares												
	Título Habilitante									Total Alvarás	Certificado	Total
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9			
Títulos válidos	1.369	2.827	144	101	47	18	4	0	0	4.510	1.661	6.171
Amostra	694	1.805	112	79	40	13	1	0	0	2.744	643	3.387
Representatividade	50,7%	63,8%	77,8%	78,2%	85,1%	72,2%	25,0%	-	-	60,8%	38,7%	54,9%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas com alvará de obras públicas, com exceção das empresas detentoras de alvará em classe máxima 1, onde se verifica a existência de um significativo número de empresários em nome individual, sem contabilidade organizada, a representatividade da amostra foi sempre superior a 80%.

Já no que diz respeito às empresas com alvará de obras particulares, precisamente por terem menor dimensão, a situação é mais marcante, característica que também explica a menor representatividade conseguida com as empresas possuidoras de certificado de empreiteiro de obras públicas e de obras particulares, ainda assim com valores superiores a 35%.

De uma forma geral, a amostra é representativa das empresas que detêm 53,8% dos títulos habilitantes em obras públicas e das que detêm 54,9% dos títulos habilitantes em obras particulares, o que se traduz numa representatividade global de 53,9%.

2.2. DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Uma primeira análise aos dados destas empresas permite caracterizá-las quanto à dimensão. O Quadro 10 evidencia, a laranja, a dimensão dominante das empresas dentro de cada tipo de título habilitante. Sem surpresa, verifica-se que a dimensão das empresas é tanto maior quanto mais alto é o título habilitante.

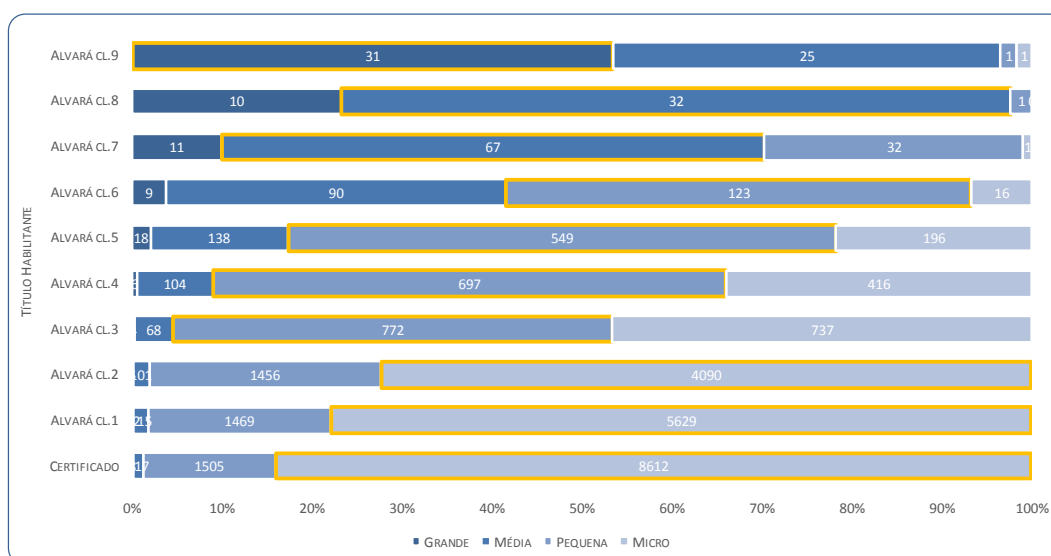
Quadro 10 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão

Dimensão da Empresa	Título Habilitante									
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9
Grande	8	12	5	4	6	18	9	11	10	31
Média	117	115	101	68	104	138	90	67	32	25
Pequena	1505	1469	1456	772	697	549	123	32	1	1
Micro	8612	5629	4090	737	416	196	16	1	0	1

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Gráfico 5 permite obter uma perspetiva do peso relativo de cada categoria dimensional das empresas por título habilitante.

Gráfico 5 – Peso relativo das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Neste gráfico pode verificar-se que as microempresas são dominantes nos certificados, onde representam 84,09% das empresas, tal como nas classes 1 e 2 de alvarás, onde têm um peso de, respetivamente, 77,91% e 72,36% das empresas.

Já as PME são predominantes nas classes 3 a 8, com 65,24% das empresas daquelas classes. Destas, nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas, representando 54,30%; nas classes 7 e 8, a preponderância são as médias empresas, com 64,29%, todos os valores em linha com os verificados no ano anterior.

Finalmente, na classe de habilitações mais elevada (9), 53,45% das empresas são grandes empresas, o que se encontra, também, em linha com 2016.

Nota ainda para o facto de, retirando o caso das empresas com alvará de classe 3 – e mesmo nessas, por muito pouco –, a dimensão dominante é também maioritária, com valores sempre acima dos 50%.

Noutra perspetiva, destaca-se a existência, dentro das grandes empresas, de 12 detentoras de alvará de classe 1, 8 detentoras de certificado de empreiteiro e, dentro das microempresas, 1 detentora de alvará de classe 9.

Os dados permitem também fazer uma análise da dimensão e número das empresas em função do tipo de obra para a qual têm habilitação, conforme os Quadros 11 a 13. Nota para o facto de os valores totais não corresponderem à dimensão da amostra, devido ao facto de acontecerem casos em que uma empresa possui mais do que um título habilitante.

Quadro 11 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão

Classes	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	12	115	1.469	5.629	7.225
2	5	101	1.456	4.090	5.652
3	4	68	772	737	1.581
4	6	104	697	416	1.223
5	18	138	549	196	901
6	9	90	123	16	238
7	11	67	32	1	111
8	10	32	1	0	43
9	31	25	1	1	58
<i>Certificado</i>	8	117	1.505	8.612	10.242
Total	114 0,4%	857 3,1%	6.605 24,2%	19.698 72,2%	27.274 100%
	2016	0,4%	3,1%	24,3%	72,3%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando com a estrutura do tecido empresarial português já apresentada no Quadro 2, verifica-se que o peso das grandes empresas é um pouco superior (0,40% vs. 0,09%), enquanto que para o conjunto das outras categorias é ligeiramente inferior (99,58% vs. 99,91%). No entanto, analisando individualmente as categorias e comparando com os dados de 2016, uma vez que os de 2017 ainda não estão disponíveis individualmente, nota-se que, a exemplo de anos anteriores, as maiores diferenças residem nas pequenas e nas microempresas, com as primeiras, do setor da construção, a apresentarem um peso superior em 21,07% e as segundas um peso inferior em 23,87%.

Em consequência, o setor da construção apresenta, comparativamente: um peso consideravelmente superior à média nacional no que diz respeito às pequenas empresas; um peso consideravelmente inferior no que respeita às microempresas e; diferenças menos significativas relativamente às grandes e médias empresas.

Quadro 12 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras públicas

Classes	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	10	111	1.397	5.013	6.531
2	5	77	1.174	2.591	3.847
3	4	66	741	658	1.469
4	6	102	675	361	1.144
5	18	134	537	172	861
6	9	88	118	10	225
7	11	67	31	1	110
8	10	32	1	0	43
9	31	25	1	1	58
Certificado	7	110	1.448	8.034	9.599
Total	111 0,5%	812 3,4%	6.123 25,6%	16.841 70,5%	23.887 100%
2016	0,4%	3,2%	25,2%	71,2%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Conclui-se então que, em 2017, 96,14% das 25.705 empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras públicas são microempresas ou pequenas empresas, representando cada grupo, respetivamente, 70,5% e 25,6% do total. As médias e as grandes empresas possuem uma pequena representação de 3,4% e 0,5%, respetivamente.

Comparando com os dados do ano anterior, podemos concluir que, de uma forma geral, as empresas a atuar no mercado das obras públicas diminuíram a sua dimensão.

Quadro 13 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras particulares

Classes	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	2	4	72	616	694
2	0	24	282	1.499	1.805
3	0	2	31	79	112
4	0	2	22	55	79
5	0	4	12	24	40
6	0	2	5	6	13
7	0	0	1	0	1
8	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0
Certificado	1	7	57	578	643
Total	3 0,1%	45 1,3%	482 14,2%	2.857 84,4%	3.387 100%
2016	0,1%	1,4%	13,3%	85,2%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras particulares (3.387 entidades), as microempresas e pequenas empresas dominam absolutamente o mercado, representando 98,58% deste, com as microempresas a representarem uns elevadíssimos 84,4%, em linha do que havia sido verificado em 2016.

2.3. EMPREGABILIDADE DAS EMPRESAS

A análise aos dados destas 25.705 empresas permite também caracterizá-las quanto à empregabilidade que proporcionam. Verifica-se que esta amostra, representante de 53,78% das empresas com NIF português e com pelo menos um título habilitante válido em 31.12.2017, declara ter ao seu serviço 349.012 trabalhadores. O Quadro 14 indica o número de trabalhadores médio de cada empresa, em função da sua dimensão e do título habilitante que possui, assim como, na última coluna, o número médio de trabalhadores de cada empresa com alvará de construção, tendo em conta a sua dimensão.

Quadro 14 – Média de trabalhadores, por dimensão da empresa e título habilitante

Dimensão da Empresa	Título Habilitante										Todas
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	
Grande	1349	452	758	534	1386	1284	742	391	390	703	788
Média	88	79	84	95	82	85	82	93	121	147	88
Pequena	17	17	18	19	20	23	28	34	36	27	19
Micro	4	4	4	5	5	5	5	9	-	6	4
Total	8	9	10	17	27	54	74	105	182	440	14

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Conforme esperado, a média do número de trabalhadores é tanto mais alta quanto a dimensão da empresa e quanto maior o título habilitante que possui.

2.4. REQUISITOS LEGAIS

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de Capital Próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada (IES), tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira.

Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função do valor do Capital Próprio, e dos indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira.

Nos três pontos seguintes procede-se à análise da situação das 25.705 empresas da amostra perante estes indicadores, da taxa de incumprimento dos mesmos e da tendência que apresentam entre os anos de 2014 e 2017. Dado o facto de estes indicadores constituírem, também, requisitos legais, a análise será mais pormenorizada, tendo em consideração o tipo de obra, a classe do título habilitante e, em alguns casos, a região (NUTS II) onde está constituída a empresa.

Nota para o facto de, nos quadros onde são apresentados os resultados dos rácios por título habilitante (tanto numa forma agregada, como desagregada), o valor total não corresponder à soma de cada uma das classes, mas sim ao número de empresas de uma forma agregada. Isto resulta da situação de uma empresa poder estar presente em mais do que uma classe, contribuindo para os valores segmentados por título habilitante, mas no cômputo geral ser considerada apenas uma vez.

2.4.1. CAPITAL PRÓPRIO¹

O *Capital Próprio* é um conceito contabilístico que corresponde à situação líquida de uma empresa, isto é, à diferença entre os seus ativos (conjunto de todos os bens e direitos) e os seus passivos (obrigações financeiras perante terceiros), expressando o valor contabilístico da empresa.

Segundo o n.º 1 do artigo 11.º da Lei referida anteriormente, “*As empresas que pretendam realizar obras classificadas em classe superior à classe 2 devem demonstrar que o valor do seu capital próprio é igual ou superior a 10 % do valor limite da maior das classes em que se enquadram as obras pretendidas, ou, no caso de alguma das obras pretendidas se enquadrar na classe mais elevada prevista na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º, que o referido valor é igual ou superior a 20 % do valor limite da classe anterior.*”

As empresas têm, então, que cumprir mínimos de Capital Próprio conforme a classe de alvará requerida pela obra a realizar. O Quadro 15 identifica os valores mínimos e os incumprimentos detetados em 2017.

Quadro 15 – Valores mínimos de Capital Próprio e taxa de incumprimento

Classes de habilitações	Valor mínimo de Capital Próprio (€)	Incumprimento	
		#	%
1	n.a.	-	-
2	n.a.	-	-
3	66.400 €	177	11,2%
4	132.800 €	145	11,9%
5	265.600 €	105	11,7%
6	531.200 €	23	9,7%
7	1.062.400 €	8	7,2%
8	1.660.000 €	6	14,0%
9	3.320.000 €	4	6,9%
Total		468	11,3%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Pode-se verificar que o número de incumpridores é decrescente à medida que a classe de alvará aumenta, obtendo-se, em termos gerais, uma taxa de 11,3% de incumpridores em relação ao conjunto das empresas possuidoras de alvarás da classe 3 à classe 9.

Tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, será expectável que numa análise ao incumprimento do requisito por parte das empresas com alvará em obras públicas e em obras particulares, separadamente, se encontrem diferenças penalizadoras para estas últimas. E, na realidade, é isso que se pode observar no Quadro 16, onde as empresas da amostra possuidoras de alvarás em obras particulares têm uma taxa de incumprimento de 22,9%, mais do dobro do valor das empresas com alvarás em obras públicas.

Nos relatórios anteriores fez-se uma análise mais genérica ao Capital Próprio das empresas, assinalando apenas as situações em que este era negativo, pelo que não há valores comparativos com os anos precedentes.

¹ Capital Próprio = Total do Ativo – Total do Passivo

Quadro 16 – Incumprimento do valor de Capital Próprio por tipo de alvará

Classes de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	c/ Alvará O. Públicas		c/ Alvará O. Particulares	
	#	%	#	%
1	-	-	-	-
2	-	-	-	-
3	146	9,9%	31	27,7%
4	130	11,4%	15	19,0%
5	98	11,4%	7	17,5%
6	21	9,3%	2	15,4%
7	7	6,4%	1	100,0%
8	6	14,0%	-	-
9	4	6,9%	-	-
Total	412	10,5%	56	22,9%





Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

2.4.2. LIQUIDEZ GERAL²

O rácio de *Liquidez Geral* é um rácio financeiro que mede a capacidade dum empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. É desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 100%, significando que a empresa tem ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto menor é o valor, maior é a vulnerabilidade da empresa.

Em 2017, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma *Liquidez Geral* superior a 126%, ligeiramente inferior ao verificado em 2016 (128%).

Quadro 17 – Liquidez Geral das empresas da amostra

LIQUIDEZ GERAL - Habilitação em Obras Públicas e Particulares												
Título Habilitante	Certificado	Alv. Cl. 1	Alv. Cl. 2	Alv. Cl. 3	Alv. Cl. 4	Alv. Cl. 5	Alv. Cl. 6	Alv. Cl. 7	Alv. Cl. 8	Alv. Cl. 9	Total	Tendência [2014-2017]
N.º de Empresas	10.170	7.186	5.593	1.579	1.219	900	238	111	43	58	25.578	
Quartil Superior	400%	405%	337%	383%	378%	320%	228%	249%	191%	199%	382%	
Mediana	207%	209%	184%	210%	200%	192%	160%	165%	140%	139%	201%	
Quartil Inferior	123%	128%	121%	138%	135%	137%	129%	128%	118%	113%	126%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Os valores mais baixos verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 9, que apresentaram um quartil inferior de 113%, piorando em 7 p.p. o valor apurado em 2016. Em termos nacionais, comparativamente com o ano anterior, as empresas do quartil médio e superior apresentam melhores rácios, enquanto as do quartil inferior continuam a baixar a sua liquidez. No entanto, de uma forma geral, pode concluir-se que os valores de *Liquidez Geral* seguem o padrão apresentado no ano anterior.

² Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$

Tendo em consideração a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 18 mostra os valores de *Liquidez Geral* tendo em conta a região onde as empresas estão registadas, usando para o efeito a nomenclatura NUTS II.

Quadro 18 – Liquidez Geral por Regiões (NUTS II)

LIQUIDEZ GERAL - Por Regiões (NUTS II)									
Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total	Tendência [2015-2017]
N.º de Empresas	731	1.365	4.841	8.047	9.748	523	323	25.578	
Quartil Superior	495%	412%	357%	443%	354%	407%	310%	382%	
Mediana	211%	213%	200%	209%	196%	189%	180%	201%	
Quartil Inferior	124%	123%	128%	125%	127%	122%	113%	126%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A partir do quadro anterior verifica-se que o Alentejo é a região que apresenta os valores mais elevados de *Liquidez Geral*, em contraponto com a região dos Açores, que exhibe os valores mais baixos deste indicador em todos os quartis.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes dos Quadros 19 e 20.

Quadro 19 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras públicas

LIQUIDEZ GERAL - Habilitação em Obras Públicas												
Título Habilitante	Certificado	Alv. Cl. 1	Alv. Cl. 2	Alv. Cl. 3	Alv. Cl. 4	Alv. Cl. 5	Alv. Cl. 6	Alv. Cl. 7	Alv. Cl. 8	Alv. Cl. 9	Total	Tendência [2015-2017]
N.º de Empresas	9.546	6.502	3.827	1.469	1.141	861	225	110	43	58	22.893	
Quartil Superior	404%	413%	343%	383%	363%	314%	225%	251%	191%	199%	387%	
Mediana	210%	213%	191%	211%	198%	191%	157%	166%	140%	139%	205%	
Quartil Inferior	125%	130%	127%	139%	133%	137%	129%	129%	118%	113%	129%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Quadro 20 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras particulares

LIQUIDEZ GERAL - Habilitação em Obras Particulares										
Título Habilitante	Certificado	Alv. Cl. 1	Alv. Cl. 2	Alv. Cl. 3	Alv. Cl. 4	Alv. Cl. 5	Alv. Cl. 6	Alv. Cl. 7	Total	Tendência [2015-2017]
N.º de Empresas	638	691	1.788	112	79	40	13	1	3.334	
Quartil Superior	336%	334%	322%	367%	747%	1139%	437%	-	335%	
Mediana	170%	175%	165%	194%	265%	258%	236%	128%	171%	
Quartil Inferior	105%	109%	108%	123%	141%	161%	191%	-	109%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

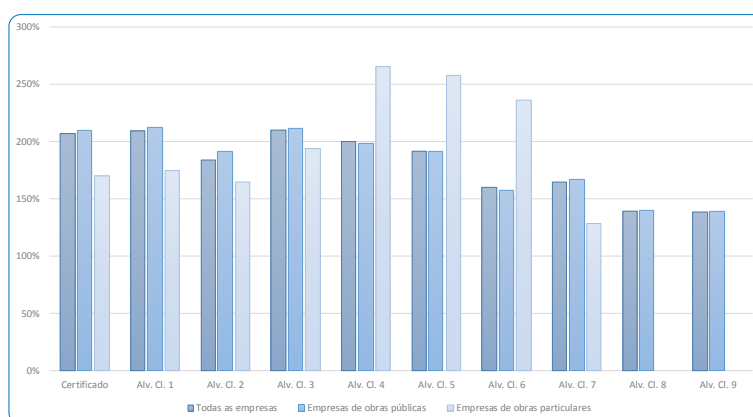
Nas empresas com títulos habilitantes de obras públicas, os valores mais baixos do indicador verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 9, que apresentaram um quartil inferior de 113%, uma mediana de 139% e um quartil superior de 199%. Neste último caso, um pouco melhor do que as empresas com alvará de classe 8, as quais apresentaram um valor de 191%.

A análise de tendência mostra que os valores de *Liquidez Geral* das empresas com títulos habilitantes de obras públicas melhoram nos quartis superior e mediano, piorando 2 p.p. no quartil inferior.

Já nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se, quer em cada título habilitante, quer no valor do conjunto, uma diminuição do valor do rácio e uma inversão da tendência de crescimento em todos os quartis. Os números agora obtidos parecem, contudo, muito influenciados pelo aumento de representantes da amostra em todas as categorias de títulos habilitantes (exceto os alvarás de classe 7), podendo deduzir-se que os valores são resultado de um ajustamento para valores mais perto da realidade do universo deste tipo de empresas.

Por comparação com as empresas com alvará de obras públicas, as maiores diferenças encontram-se no quartil superior das empresas com alvarás das classes 4 a 6, facto a que os poucos representantes de empresas com alvarás de obras particulares nestas classes não será alheio. De resto, face à caracterização de umas e de outras empresas, a diferença entre os resultados gerais é a expectável.

Gráfico 6 – Liquidez Geral (mediana) por título habilitante



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 21 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor mínimo desejável de *Liquidez Geral* de, pelo menos, 100%, em função do título habilitante. De notar que, tal como em situações anteriores, o valor total não corresponde exatamente à soma das parcelas, uma vez que existem situações em que empresas estão presentes em mais de uma categoria de título habilitante.

Quadro 21 – Liquidez Geral das empresas, por título habilitante

Título Habilitante	Número de empresas			Empresas Incumpridoras %	Tendência [2015-2017]
	Amostra	Liquidez ≥ 100%	Liquidez < 100%		
<i>Certificado</i>	10.170	8.556	1.614	n.a.	n.a.
1	7.186	6.229	957	n.a.	n.a.
2	5.593	4.826	767	n.a.	n.a.
3	1.579	1.462	117	7,41%	↗
4	1.219	1.132	87	7,14%	↗
5	900	840	60	6,67%	↘
6	238	228	10	4,20%	↘
7	111	107	4	3,60%	↘
8	43	40	3	6,98%	↘
9	58	56	2	3,45%	↘
Total	25.578	22.146	3.432	13,42%	↘

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Assim, verifica-se que, das 25.578 empresas da amostra com informação disponível quanto a este indicador, 3.432 (13,42% da amostra analisada) possuem uma *Liquidez Geral* inferior a 100%. A percentagem de empresas nesta situação aumentou, assim, 1,67 p.p., mantendo a tendência do ano anterior.

Também é possível ver que a percentagem de empresas incumpridoras do indicador decresce à medida que sobe a classe de alvará, com a exceção das empresas com alvarás de classe 8. De igual forma, é possível verificar que, à exceção das empresas com alvarás de classe 6 e 7, existe uma tendência para o agravamento da situação em relação ao ano anterior, sendo que apenas as empresas com alvarás de classe 3, 4 e 8 apresentem valores piores que em 2015.

No entanto, estes são valores obtidos para todas as empresas com títulos habilitantes de construção, inclusivamente para aquelas com os títulos habilitantes inferiores à classe 3 de alvará, casos em que tal requisito não necessita ser cumprido, pois, do ponto de vista legal, apenas as empresas com classe de alvará superior a 2 estão obrigadas ao cumprimento de um rácio de *Liquidez Geral* de, pelo menos, 100%. Se contarmos apenas com estas, o Quadro 21 indica que 283 de um total de 4.148 empresas com alvarás de classe 3 ou superior apresentam uma *Liquidez Geral* inferior a 100%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 6,82%. Interessa, pois, efetuar uma análise mais minuciosa às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 22.

Quadro 22 – Incumprimento do rácio de Liquidez Geral

Título Habilitante	Incumprimento das Empresas			
	c/ Alvará O. Públicas		c/ Alvará O. Particulares	
	#	%	#	%
<i>Certificado</i>	-	-	-	-
1	-	-	-	-
2	-	-	-	-
3	102	6,94%	15	13,39%
4	79	6,92%	8	10,13%
5	57	6,62%	3	7,50%
6	10	4,44%	0	0,00%
7	4	3,64%	0	0,00%
8	3	6,98%	-	-
9	2	3,45%	-	-
Total	257	6,58%	26	10,61%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B





Mais uma vez, sem surpresa, tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, o incumprimento do requisito de *Liquidez Geral* diminui à medida que a classe habilitante aumenta, com a já referida exceção das empresas com classe de alvará 8. Pela mesma medida de razão, o incumprimento por parte das empresas com alvará em obras particulares é mais frequente, em termos relativos. No entanto, é de sublinhar que nenhuma das empresas da amostra com classe superior a 5 neste tipo de alvará, se encontrava incumpridora deste requisito legal no final de 2017, o que é um aspeto francamente positivo.

2.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA³

O rácio de *Autonomia Financeira* indica a capacidade de uma empresa fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios. De uma forma geral, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa; quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade. Um valor aceitável para a generalidade das empresas situa-se entre os 30% e os 60%, apesar da exigência legal para obter um título habilitante do setor da construção ser menor, como veremos adiante.

Em 2017, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 50% dos casos analisados, uma *Autonomia Financeira* superior a 34%, marginalmente inferior ao apresentado em 2016 (35%).

Quadro 23 – Autonomia Financeira por Classes





AUTONOMIA FINANCEIRA - Habilitação em Obras Públicas e Particulares												Tendência [2014-2017]
Título Habilitante	Certificado	Alv. Cl. 1	Alv. Cl. 2	Alv. Cl. 3	Alv. Cl. 4	Alv. Cl. 5	Alv. Cl. 6	Alv. Cl. 7	Alv. Cl. 8	Alv. Cl. 9	Total	
N.º de Empresas	10.219	7.216	5.628	1.579	1.222	900	238	111	43	58	25.693	
Quartil Superior	58%	58%	53%	60%	62%	61%	56%	61%	48%	48%	58%	
Mediana	33%	35%	30%	40%	41%	42%	38%	43%	35%	32%	34%	
Quartil Inferior	12%	16%	12%	24%	25%	26%	25%	29%	18%	20%	15%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2017, no total das empresas da amostra, foram contabilizados índices de *Autonomia Financeira* na linha dos anos anteriores, apesar da diminuição nos quartis médio e inferior (principalmente neste último) e do ligeiro aumento no quartil superior. Tal como em 2016, são as empresas das classes medianas de alvará (3 a 7) que apresentam os melhores rácios. Os valores mais baixos verificaram-se nas empresas com certificados e com alvarás de classe 2 e 8, as duas primeiras a apresentar o menor valor para o quartil inferior da amostra, 12%, e a classe 8 a apresentar o menor valor para o quartil superior, 48%.

Considerando a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 24 mostra os valores de *Autonomia Financeira* tendo em conta a região onde as empresas estão registadas.

Quadro 24 – Autonomia Financeira por Regiões (NUTS II)

AUTONOMIA FINANCEIRA - Por Regiões (NUTS II)										Tendência [2015-2017]
Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total		
N.º de Empresas	734	1.376	4.855	8.090	9.784	527	327	25.693		
Quartil Superior	63%	61%	57%	60%	55%	60%	61%	58%		
Mediana	34%	38%	35%	36%	32%	35%	39%	34%		
Quartil Inferior	13%	14%	16%	15%	15%	11%	16%	15%		

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Uma primeira análise aos valores apresentados por região permite observar que não se afastam significativamente dos valores nacionais.





³ Autonomia Financeira = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$

A região do Alentejo apresenta o valor mais elevado de *Autonomia Financeira* no quartil superior e os Açores apresentam a mediana mais elevada, sendo que a região Centro apresenta um valor para o quartil inferior mais alto.

Em contraponto ao acontecido em 2016, a região da Madeira apresenta este ano o valor mais baixo para o quartil inferior. A região Norte tem o pior valor para os quartis mediano e superior, tal como em 2016. Aliás, a região Norte é aquela que, em termos gerais, apresenta os piores valores de *Autonomia Financeira*, tal como vem acontecendo desde 2015. No entanto, é de notar que as regiões do Algarve, Centro e Madeira, mesmo não sendo as que apresentam os piores valores, são aquelas que mais perdem em relação a 2016.





Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes dos Quadros 25 e 26.

Quadro 25 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras públicas

AUTONOMIA FINANCEIRA - Habilitação em Obras Públicas												
Título Habilitante	Certificado	Alv. Cl. 1	Alv. Cl. 2	Alv. Cl. 3	Alv. Cl. 4	Alv. Cl. 5	Alv. Cl. 6	Alv. Cl. 7	Alv. Cl. 8	Alv. Cl. 9	Total	Tendência [2015-2017]
N.º de Empresas	9.592	6.529	3.846	1.469	1.144	861	225	110	43	58	22.987	
Quartil Superior	58%	59%	55%	60%	61%	61%	55%	61%	48%	48%	59%	
Mediana	33%	36%	33%	41%	41%	43%	39%	43%	35%	32%	36%	
Quartil Inferior	13%	16%	16%	24%	25%	26%	25%	29%	18%	20%	16%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Quadro 26 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras particulares

AUTONOMIA FINANCEIRA - Habilitação em Obras Particulares											
Título Habilitante	Certificado	Alv. Cl. 1	Alv. Cl. 2	Alv. Cl. 3	Alv. Cl. 4	Alv. Cl. 5	Alv. Cl. 6	Alv. Cl. 7	Total	Tendência [2015-2017]	
N.º de Empresas	641	694	1.805	112	79	40	13	1	3.357		
Quartil Superior	49%	48%	45%	57%	63%	52%	66%	-	48%		
Mediana	25%	24%	21%	37%	32%	31%	37%	28%	24%		
Quartil Inferior	5%	8%	5%	14%	13%	16%	29%	-	6%		

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De uma forma geral, as empresas detentoras de títulos habilitantes em obras públicas melhoram muito ligeiramente a *Autonomia Financeira* face aos valores de 2016 no quartil superior, praticamente mantêm os valores do quartil mediano e diminuem 2 p.p. o valor do quartil inferior.

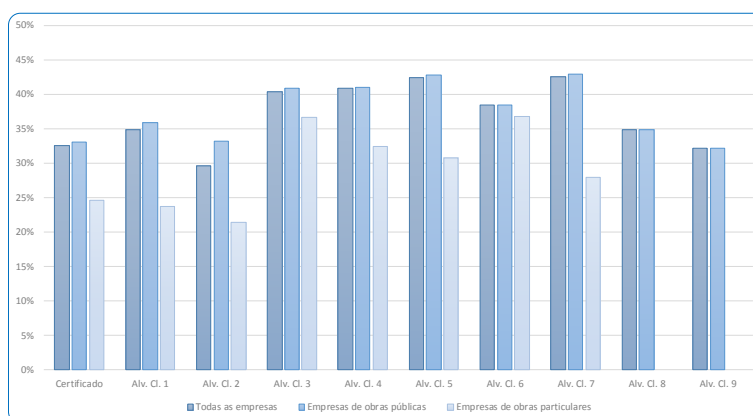
Os valores mais baixos para o quartil inferior verificaram-se nas empresas com certificados de construção (não analisados em 2016) e com alvarás de classe 1 e 2, que apresentaram um rácio de *Autonomia Financeira* de 13% e 16%, respetivamente; no que diz respeito à mediana, o valor mais baixo aparece junto das empresas detentoras de alvará de classe 9, com 32%; o quartil superior apresenta os valores mais baixos nas empresas detentoras de alvarás de classe 8 e 9, com 48%.

Face aos valores apresentados, pode-se concluir que as empresas detentoras de alvarás de construção de obras públicas das classes medianas 3 a 7 são aquelas que apresentam maior estabilidade financeira. Já nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se uma tendência, mesmo que marginal, para a melhoria dos resultados em todos os quartis.

Comparativamente a 2016, no cômputo geral, a *Autonomia Financeira* das empresas melhora ligeiramente nos quartis superior e inferior, aumentando 2 p.p. na mediana. Os valores deste indicador apresentam grande amplitude, com subidas e descidas ao longo das classes de alvará, embora de forma menos pronunciada relativamente ao comportamento do ano anterior. O que não muda relativamente a 2016 é o facto de as empresas com alvarás de construção em obras particulares de classe 2 serem aquelas que têm o pior desempenho neste rácio.

A comparação das empresas com alvará de obras públicas com as empresas com alvará de obras particulares está visualmente disponível no Gráfico 7. Aí é evidente que, apesar de ambas apresentarem maior estabilidade financeira ao possuírem alvarás de classe 3 e superiores, as empresas de obras particulares seguem uma tendência decrescente do valor do rácio à medida que se avança no alvará, situação completamente oposta àquela que acontece nas empresas de obras públicas (até aos alvarás de classe 7).

Gráfico 7 – Autonomia Financeira (mediana) por título habilitante



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Atualmente, o rácio mínimo de *Autonomia Financeira* de uma PME, para que um seu projeto seja apoiado pelo Portugal 2020, é de 15%, segundo as informações que constam na Portaria n.º 57-A/2015; para as empresas que não sejam consideradas PME é exigível um rácio mínimo de 20%.

Quadro 27 – Autonomia Financeira das empresas, por título habilitante

Título Habilitante	Número de empresas			Empresas s/ acesso PT2020 %
	Amostra	Aut. Financeira ≥ 15%	Aut. Financeira < 15%	
Certificado	10.219	7.346	2.873	28,11%
1	7.216	5.461	1.755	24,32%
2	5.628	4.000	1.628	28,93%
3	1.579	1.371	208	13,17%
4	1.222	1.056	166	13,58%
5	900	801	99	11,00%
6	238	214	24	10,08%
7	111	101	10	9,01%
8	43	34	9	20,93%
9	58	50	8	13,79%
Total	25.693	19.285	6.408	24,94%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 27 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor de *Autonomia Financeira* de, pelo menos, 15%, em função do título habilitante. Como a grande maioria das empresas são PME (as grandes empresas só se tornam maioritárias na classe mais elevada de alvará), o quadro dá-nos uma boa perspetiva da quantidade e percentagem de empresas, por título habilitante, que terão dificuldades em apresentar projetos para concorrer a fundos comunitários com vista, por exemplo, à sua modernização.

Assim, com os títulos habilitantes mais baixos (certificado e alvarás de classe 1 e 2), cerca de 27% das empresas (em média) não conseguem apresentar um rácio de *Autonomia Financeira* suficiente para os apoios, melhorando gradualmente a situação com as empresas possuidoras de alvarás de classes mais elevadas, até às classes 8 e 9, situação em que o rácio volta a agravar-se, o que vem em linha do que foi observado no Quadro 22.

De uma forma geral, praticamente 25% das empresas da amostra estão impedidas de concorrer aos programas do Portugal 2020. De notar que, tal como em situações anteriores, o valor total não corresponde exatamente à soma das parcelas, uma vez que existem situações em que empresas estão presentes em mais de uma categoria de título habilitante.

No entanto, estes são valores obtidos para todas as empresas com títulos habilitantes de construção e utilizando o valor de referência do Portugal 2020, de 15%. Do ponto de vista do setor, apenas as empresas que pretendam obter um alvará de classe superior a 2 estão obrigadas ao cumprimento legal de um rácio de *Autonomia Financeira* de, pelo menos, 5%. Interessa, pois, efetuar uma análise mais minuciosa às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 28.

Quadro 28 – Incumprimento do rácio de Autonomia Financeira

Título Habilitante	Incumprimento das Empresas			
	c/ Alvará O. Públicas		c/ Alvará O. Particulares	
	#	%	#	%
<i>Certificado</i>	-	-	-	-
1	-	-	-	-
2	-	-	-	-
3	64	4,36%	12	10,71%
4	53	4,63%	7	8,86%
5	29	3,37%	1	2,50%
6	4	1,78%	0	0,00%
7	4	3,64%	0	0,00%
8	5	11,63%	-	-
9	3	5,17%	-	-
Total	162	4,14%	20	8,16%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nele, pode-se constatar que 182 de um total de 4.151 empresas com alvarás de classe 3 ou superior apresentam uma *Autonomia Financeira* inferior a 5%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 4,38%. Nota para que, caso das classes intermédias de habilitação, o incumprimento do valor mínimo para o rácio de *Autonomia Financeira* é menor. Comparativamente com os dois tipos de obra, as empresas de obras públicas têm menores percentagens de incumprimentos nas classes 3 e 4, mas maiores percentagens nas classes 5 a 7. Sendo de sublinhar que nenhuma das empresas da amostra com alvará em obras particulares de classe superior a 5 se encontrava incumpridora deste requisito legal no final de 2017, também é preciso ter em linha de conta que nestas classes mais elevadas a falta de dimensão da amostra pode resultar em resultados enviesados.

2.5. OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

De forma a tornar mais sólida a análise da situação económico-financeira das empresas do setor da construção, foram calculados outros indicadores, para além dos legalmente monitorizados. Assim, no campo dos indicadores financeiros calcularam-se a Liquidez Reduzida, a Cobertura do Ativo Não Corrente, a Solvabilidade, o Endividamento e a Estrutura do Endividamento; no campo dos indicadores económicos, calcularam-se o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade do Capital Próprio, a Rentabilidade do Ativo, o Volume de Negócios, a Rotação do Ativo, a Rentabilidade das Vendas e a Margem EBITDA.

2.5.1. INDICADORES FINANCEIROS

Foram, portanto, calculados 5 indicadores financeiros complementares, a saber:

- i. *Liquidez Reduzida*⁴ – Mede a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, mas de uma forma mais exigente do que no rácio de liquidez geral, ou seja, assumindo que as existências (stocks de matérias-primas e produtos intermédios e acabados) serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no balanço.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente*⁵ – Indica em que medida os investimentos são financiados por capitais estáveis (capitais próprios e passivo não corrente). Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 100%, isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente.
- iii. *Solvabilidade*⁶ – Traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir compromissos, a médio e longo prazo, por recurso à sua estrutura de capitais próprios. A gestão deste rácio é importante por forma a não colocar em causa a continuidade da empresa no médio/ longo prazo. A solvabilidade de uma empresa será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio; um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro e é sinónimo de uma elevada fragilidade económico-financeira.
- iv. *Endividamento*⁷ – Mede a extensão com que a empresa utiliza capital alheio para financiar as suas atividades. Quando o grau de endividamento é muito elevado, ou seja, quando a empresa se endivida em excesso, arrisca-se a que os credores ganhem influência na gestão. Adicionalmente, os credores, apercebendo-se do maior nível de risco a que se expõem quando financiam a empresa, exigem taxas de juro mais elevadas e levantam mais obstáculos à concessão de crédito. Este indicador deve ser lido em conjunto com o seguinte, sendo que, quanto mais elevados, maior a gravidade da situação da empresa, pois a dependência de capitais alheios é tanto mais grave quanto mais de curto prazo sejam os compromissos.

⁴ $Liquidez\ Reduzida = \frac{Ativo\ Corrente - Inventários}{Passivo\ Corrente}$

⁵ $Cobertura\ do\ Ativo\ Não\ Corrente = \frac{Capital\ Próprio + Passivo\ Não\ Corrente}{Ativo\ Não\ Corrente}$

⁶ $Solvabilidade = \frac{Capital\ Próprio}{Total\ do\ Passivo}$

⁷ $Endividamento = \frac{Total\ do\ Passivo}{Total\ do\ Ativo}$

- v. *Estrutura do Endividamento*⁸ – Traduz a parcela do passivo exigível a curto prazo relativamente ao endividamento total. Um valor elevado deste rácio indica maiores riscos de dificuldades de tesouraria para as empresas.

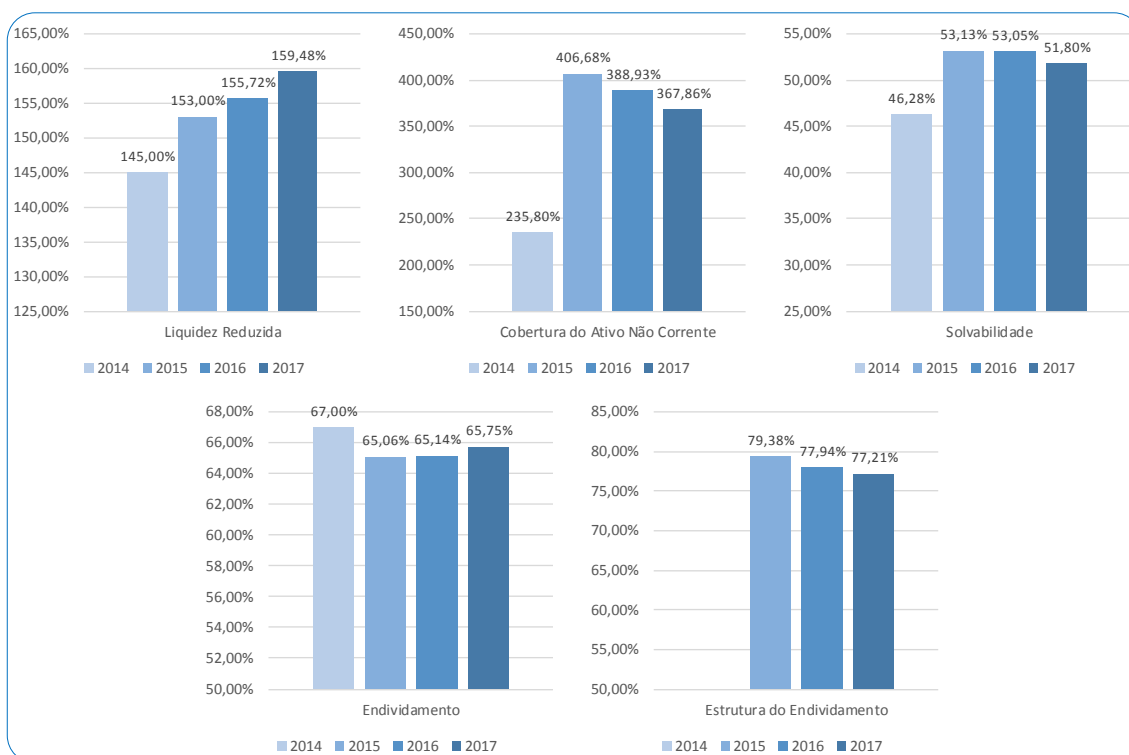
Todos os rácios apresentados no Quadro 29 e no Gráfico 8 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

Quadro 29 – Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	Empresas de Obras Públicas		Empresas de Obras Particulares		Total das empresas	
	Valor	Tendência [2015-2017]	Valor	Tendência [2015-2017]	Valor	Tendência [2014-2017]
<i>Liquidez Reduzida</i>	162,92%		134,98%		159,48%	
<i>Cobertura do Ativo Não Corrente</i>	373,66%		312,01%		367,86%	
<i>Solvabilidade</i>	54,81%		30,48%		51,80%	
<i>Endividamento</i>	64,49%		76,49%		65,75%	
<i>Estrutura do Endividamento</i>	76,93%		78,85%		77,21%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Gráfico 8 – Indicadores Financeiros



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

⁸ Estrutura do Endividamento = $\frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Total do Passivo}}$

De uma forma geral, os valores do Quadro 29 e do Gráfico 8 evidenciam alguns aspetos: primeiro, que o setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho; depois, que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, portanto, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares; por último, as tendências evolutivas dos indicadores são, na sua maioria, positivas, com a *Liquidez Reduzida* a crescer, a *Solvabilidade* e o *Endividamento* a manterem-se praticamente estáveis nos últimos 3 anos (-1,33 p.p. e +0,69 p.p., respetivamente), o valor da *Estrutura do Endividamento* a baixar, sinónimo de menores dificuldades de tesouraria, e, por último, a *Cobertura do Ativo Não Corrente* a manter-se num valor muito elevado, apesar da tendência de diminuição (-38,82 p.p. em 3 anos).

De notar que a introdução na análise, pela primeira vez, das empresas com certificados de construção, o mais baixo título habilitante do setor, deverá ter influenciado os resultados obtidos, no sentido de fazer piorar os indicadores, pois a correlação já estabelecida entre as mais baixas qualificações e a menor dimensão das empresas e a menor capacidade financeira das mesmas aponta nesse sentido.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 29 e do Gráfico 8 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Liquidez Reduzida* – O valor de referência é 1, ou 100%. Neste caso, a mediana das empresas do setor apresenta um valor mais de 50% superior ao valor de referência, sinónimo de que a maioria das empresas possui a capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente* – Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 1 (ou 100%), isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente. Também neste caso, a maioria das empresas do setor apresenta excelentes resultados. Os elevados valores deste indicador em 2017, à semelhança de anos anteriores, revelam que, de uma forma geral, os investimentos das empresas do setor são suportados por um financiamento de médio e longo prazo, à partida mais adequado à recuperação desse mesmo investimento.
- iii. *Solvabilidade* – O valor obtido neste rácio deve ser lido em conjunto com os rácios de *Endividamento* e de *Autonomia Financeira*. Todos eles pretendem aferir da vulnerabilidade das empresas. Também este rácio tem o valor de 1 (ou 100%) como referência. Um valor superior significa que o património da empresa é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, enquanto um valor inferior significa que a empresa não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida. Ora, na nossa amostra verifica-se que cerca de 50% das empresas têm uma solvabilidade a rondar os 50%, valor que não se aproxima da referência e que mostra que, no setor, existe dependência do crédito de modo a fazer face aos compromissos.
- iv. *Endividamento* – Neste rácio, quanto menor o valor obtido, melhor a situação financeira das empresas; quanto maior o valor, mais arriscada esta se torna. O valor apurado significa que a maioria das empresas de construção financia-se em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, faltando, portanto, capacidade e dimensão financeira às empresas. Ver também as conclusões indissociáveis dos rácios de *Solvabilidade* e de *Autonomia Financeira*.
- v. *Estrutura do Endividamento* – O valor deve ser o mais baixo possível. No ano de 2017, a maioria das empresas do setor, apesar de apresentarem uma melhoria relativamente aos

anos anteriores, continuam a ter uma elevada percentagem de passivos de curto prazo. No entanto, face aos excelentes valores apurados de *Liquidez Reduzida*, a situação não parece ser preocupante.

Nota ainda para o facto de, principalmente no caso dos rácios de *Solvabilidade* e de *Endividamento*, ser importante saber quais os valores de referência para o setor, pois existem especificidades setoriais que levam a que estes rácios tenham valores médios muito distintos. Posteriormente, caberá a cada empresa fazer a sua análise comparativa, de forma a conseguir situar-se relativamente à performance setorial.

Para 2017, o INE dá como provisórios os valores de 40% para a *Solvabilidade* (ver Quadro 3) e de 71% para o *Endividamento* das empresas pertencentes à Secção F – construção, apresentando o primeiro rácio uma evolução crescente desde 2009 e o segundo, um decréscimo desde 2012 (o que é positivo). As empresas constituintes da amostra que está a ser analisada apresentaram, respetivamente, rácios de 52% e 66% (valores do quartil mediano, conforme foi referido anteriormente), pelo que detêm resultados melhores do que a média do setor apurada pelo INE. Uma explicação para tal facto pode advir de a amostra do IMPIC incidir sobre empresas que têm títulos habilitantes de construção e não necessariamente empresas cuja atividade principal e respetivo CAE sejam do setor, alterando um pouco os resultados finais.

Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores financeiros. O Quadro 30 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

Quadro 30 – Indicadores Financeiros, por Regiões (NUTS II)

Indicadores Financeiros	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
<i>Liquidez Reduzida</i>	160,46%	153,61%	153,06%	166,45%	159,79%	152,99%	137,83%	159,48%
<i>Cobertura do Ativo Não Corrente</i>	340,82%	377,91%	333,94%	373,53%	381,97%	443,32%	229,63%	367,86%
<i>Solvabilidade</i>	51,73%	60,53%	53,58%	56,13%	46,61%	53,40%	61,02%	51,80%
<i>Endividamento</i>	65,87%	61,60%	65,06%	63,83%	68,12%	64,82%	61,48%	65,75%
<i>Estrutura do Endividamento</i>	73,09%	79,70%	74,98%	80,19%	75,73%	86,80%	79,99%	77,21%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De facto, da análise do Quadro 30 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo em Portugal continental, existindo, no entanto, alguns afastamentos mais significativos face à média nacional dos indicadores, que não deixam de ser pontuais. Como esperado, a situação é mais evidente nas regiões autónomas.

Porém, também não se poderá deixar de observar que a Área Metropolitana de Lisboa é aquela que, no continente, apresenta uma globalidade de melhores resultados face à média nacional, seguida do Algarve; a região Centro é aquela cujos resultados mais se afastam dos totais nacionais.

2.5.2. INDICADORES ECONÓMICOS

Foram ainda calculados 7 indicadores económicos complementares, a saber:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – O valor traduz a diferença entre todos os proveitos obtidos pela empresa e todos os custos por ela suportados, durante um determinado exercício económico.
- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio*⁹ – Também conhecido por ROE (*Return on Equity*). O indicador reflete a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou acionistas da empresa e, em sequência, a capacidade de sobrevivência financeira da empresa a longo prazo e a potencialidade de atrair mais capitais próprios e alheios.
- iii. *Rentabilidade do Ativo*¹⁰ – O rácio transmite a eficiência da aplicação dos ativos e a capacidade destes gerarem resultados. Representa uma medida de avaliação da rentabilidade dos capitais totais investidos na empresa, independentemente se provêm de capitais próprios ou capitais alheios.
- iv. *Volume de Negócios* – É o valor das vendas de cada empresa. Será também utilizado para destacar as 20 maiores empresas detentoras de pelo menos um título habilitante de construção (sejam ou não empresas do setor), as quais serão alvo de uma análise mais pormenorizada.
- v. *Rotação do Ativo*¹¹ – O rácio traduz o grau de eficiência operacional na utilização dos ativos de uma empresa. Por outras palavras, indica o número de vezes em que as vendas de um determinado período superam o montante dos recursos investidos.
- vi. *Rentabilidade das Vendas*¹² – O rácio expressa a percentagem do volume de negócios que consiste em resultado líquido, sendo um indicador que traduz a rentabilidade das empresas.
- vii. *Margem EBITDA*¹³ – EBITDA é um acrónimo de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou, em português, Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. É, por outras palavras, o Cash-Flow Operacional. Por eliminar os efeitos dos financiamentos e das decisões meramente contabilísticas, a sua utilização pode fornecer uma boa análise comparativa, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio. A Margem EBITDA, aqui utilizada, é uma medida da rentabilidade da empresa, mas também da capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional, sendo um indicador de eficiência, que traduz a capacidade das empresas gerarem lucros a partir do seu negócio.

Todos os números apresentados no Quadro 31 e no Gráfico 9 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –,

⁹ Rentabilidade do Capital Próprio = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$

¹⁰ Rentabilidade do Ativo = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Total do Ativo}}$

¹¹ Rotação do Ativo = $\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Total do Ativo}}$

¹² Rentabilidade das Vendas = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$

¹³ Margem EBITDA = $\frac{\text{EBITDA}}{\text{Volume de Negócios}}$

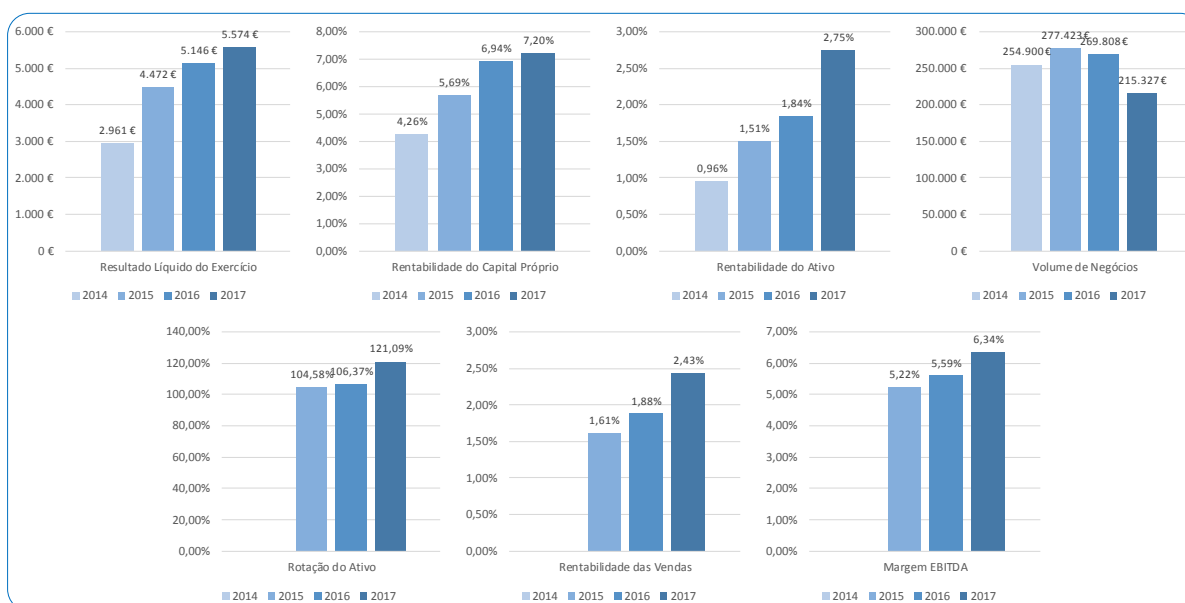
com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

Quadro 31 – Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	Empresas de Obras Públicas		Empresas de Obras Particulares		Total das empresas	
	Valor	Tendência [2015-2017]	Valor	Tendência [2015-2017]	Valor	Tendência [2014-2017]
Resultado Líquido do Exercício	5.945 €	↗	3.545 €	↗	5.574 €	↗
Rentabilidade do Capital Próprio	7,04%	↗	10,42%	↗	7,20%	↗
Rentabilidade do Ativo	2,72%	↗	3,08%	↗	2,75%	↗
Volume de Negócios	230.265 €	↘	145.198 €	↘	215.327 €	↘
Rotação do Ativo	118,60%	↗	155,62%	↗	121,09%	↗
Rentabilidade das Vendas	2,46%	↗	2,32%	↗	2,43%	↗
Margem EBITDA	6,40%	↗	5,68%	↗	6,34%	↗

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Gráfico 9 – Indicadores Económicos



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2017 verificou-se, na generalidade, uma melhoria dos indicadores económicos das empresas com títulos habilitantes de construção, apresentando estes uma performance melhor do que os indicadores financeiros, pois dos 7 indicadores, apenas o *Volume de Negócios* apresentou piores valores do que no ano transato. Para esta situação de decréscimo do valor do quartil mediano poderá ter estado o facto de este ano, pela primeira vez, estarem a ser contabilizadas as empresas com certificados de construção, as quais, para além de terem uma limitação legal no custo da obra a realizar, têm também uma dimensão tradicionalmente menor.











Por tipo de obra, as empresas com habilitação em obras públicas seguem a tendência global (até porque são elas as grandes contribuintes dos números), enquanto as empresas com habilitação em obras particulares se afastam mais desses valores, apresentando inclusivamente um decréscimo de

um segundo indicador, a Rentabilidade do Capital Próprio, confirmando a tendência verificada em 2016.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 31 e do Gráfico 9 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – Sendo um número efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rentabilidade do Capital Próprio*, da *Rentabilidade do Ativo* e da *Rentabilidade das Vendas*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, quer as empresas com habilitações em obras públicas, quer as empresas com habilitações em obras particulares, demonstram uma evolução positiva, traduzindo-se, na generalidade, num aumento de 25% face ao valor de 2015. Interessante é, também, fazer uma análise do número de empresas que apresentam resultados negativos, por título habilitante (Quadro 32) e do número de empresas por escalões de resultados (Quadro 33).

Quadro 32 – Número de empresas com Resultado Líquido negativo, por título habilitante

Título Habilitante	Número de empresas com RL < 0				Tendência
	2014	2015	2016	2017	
<i>Certificado</i>	-	-	-	1.997	-
1	2.277	1.916	1.621	1.314	
2	619	518	900	1.041	
3	463	370	331	261	
4	354	212	208	202	
5	250	159	169	148	
6	61	41	39	30	
7	21	17	17	8	
8	14	10	8	11	
9	28	21	17	15	
Total	4.087	3.264	3.310	5.027	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De uma forma geral, o número de empresas com *Resultado Líquido do Exercício* negativo tem apresentado um decréscimo consistente desde 2014, mesmo tendo presente que a evolução do número de empresas alvo de análise tem vindo a aumentar de ano para ano, desde 14.709 em 2014, para 25.705 em 2017. Neste último ano, há que considerar, igualmente, a inclusão pela primeira vez das empresas com o título habilitante de certificado. De facto, se retirarmos as 1.997 empresas com este tipo de habilitação que tiveram resultados negativos, é fácil de perceber que o número de empresas nesta situação continua a diminuir em termos absolutos de ano para ano, e isso ainda é mais evidente se a análise for feita em termos relativos: 27% em 2014, 23% em 2015, 21% em 2016 e 19% em 2017, conforme se poderá retirar do Quadro 33.

Quadro 33 – Número de empresas por escalões de Resultado Líquido

Escalão de Resultado Líquido	Número de empresas				Tendência
	2014	2015	2016	2017	
$\geq 10.000.000$	16	12	16	13	
$[1.000.000 - 10.000.000[$	107	119	126	172	
$[100.000 - 1.000.000[$	765	877	1030	1551	
$[10.000 - 100.000[$	3659	3994	4797	8259	
$[0 - 10.000[$	6148	5782	6445	10902	
$[-10.000 - 0[$	1348	1166	1272	2267	
$[-100.000 - -10.000[$	2028	1626	1612	2166	
$[-1.000.000 - -100.000[$	561	416	370	327	
$[-10.000.000 - -1.000.000[$	65	48	49	42	
$< -10.000.000$	12	8	7	6	
Total	14.709	14.048	15.724	25.705	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A linha vermelha do quadro anterior marca a divisão entre resultados positivos e negativos. Claramente, as empresas com resultados negativos são em menor número e entre estas, as de escalões de maiores prejuízos apresentam uma tendência decrescente, o que, face ao aumento da amostra, é um resultado duplamente satisfatório.

- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio* – Este indicador não tem um valor de referência. É um indicador que pode ser usado a título comparativo com outros negócios ou com os valores obtidos em anos anteriores, e que permite saber se o capital investido está a ter uma rentabilidade adequada ou esperada. Não obstante, não deixa de ser um dos mais importantes rácios de análise, em que, quanto maior o valor, maior a eficiência da empresa a gerar lucros. Perante os dados apresentados no Quadro 31, pode-se concluir que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas, apesar de continuarem a apresentar menor eficiência do que as empresas com títulos habilitantes de obras particulares, têm vindo a aumentá-la gradualmente desde 2015, tendo subido desde então 1,4 p.p., enquanto as outras viram descer o indicador 10,69 p.p., para menos de metade do valor. A este facto não será alheio o aumento do número destas últimas empresas na análise nem a inclusão, pela primeira vez, daquelas que têm certificado de empreiteiro.
- iii. *Rentabilidade do Ativo* – Também conhecido por ROA (*Return on Assets*), este rácio também não tem um valor de referência. A forma de leitura é semelhante ao indicador anterior, sendo tanto melhor quanto maior for a percentagem obtida. Da leitura do Quadro 31, constata-se o crescimento sustentado do indicador, quer nas empresas com habilitação a realizar obras públicas, quer naquelas com habilitação a realizar obras particulares, com aumentos de 1,21 p.p. e 0,99 p.p., respetivamente, nos últimos 3 anos. Apesar da rentabilidade continuar a ser baixa em comparação com outros investimentos, a visualização do comportamento do setor fornecida pelo Gráfico 9 mostra claramente o sentido ascendente do rácio nos últimos 4 anos, o que é extremamente positivo, tendo em conta a crise económica que Portugal atravessou e que afetou sobremaneira o investimento em obras públicas e particulares, embora nestas tenha sido de alguma forma compensado pelas necessidades do setor do turismo.

- iv. *Volume de Negócios* – Sendo, tal como o *Resultado Líquido do Exercício*, um valor efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rotação do Ativo*, da *Rentabilidade das Vendas* e da *Margem EBITDA*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, as empresas com habilitações em obras públicas e as empresas com habilitações em obras particulares seguem tendências opostas desde 2015, com as primeiras a decrescerem o seu *Volume de Negócios* em 18% e as segundas a crescerem 34%. Globalmente, face ao maior peso das primeiras nos números da amostra, o indicador global apresenta uma diminuição de 22% face ao valor de 2015.
- v. *Rotação do Ativo* – Também este rácio não tem um valor de referência, devendo fazer-se uma comparação de como o valor está a evoluir anualmente. Tendo por princípio que quanto maior o valor do rácio, maior é a eficiência com que a empresa está a otimizar os recursos e a capacidade instalada, a análise do Quadro 31 mostra que neste aspeto as empresas com habilitação em obras particulares são mais eficientes do que as empresas com habilitação em obras públicas. Ambas apresentam tendências positivas relativamente a 2016, neste caso com as segundas a apresentarem um crescimento superior, de 15,4 p.p., enquanto as primeiras cresceram apenas 12,11 p.p., não recuperando totalmente da quebra sofrida face a 2015. Globalmente, também como se pode visualizar no Gráfico 9, o rácio apresenta uma melhoria de 14,72 p.p. face a 2016, e mantém a tendência crescente desde 2015, o que, uma vez mais, é muito positivo e um sinal de aumento da eficiência das empresas.
- vi. *Rentabilidade das Vendas* – Este rácio segue o padrão dos anteriores rácios de rentabilidade e a sua leitura deve ser efetuada de forma semelhante. Com ele, ficamos a saber qual é a margem total das vendas após os efeitos fiscais, financeiros e de exploração da empresa. Os dados disponibilizados no Quadro 31 demonstram um comportamento semelhante das empresas com habilitações de construção, quer seja em obras públicas, quer em obras particulares, com melhores resultados, embora marginais, para as primeiras. A evolução, desde 2015, tem sido positiva, passando de 1,61% para 2,43%, com os 0,82 p.p. a significarem um crescimento superior a 50%. No entanto, o valor de 2,43% continua a ser extremamente baixo, fácil de inverter a tendência e significa, lido de outra forma, que os custos absorvem 97,57% das vendas e prestações de serviços destas empresas.
- vii. *Margem EBITDA* – Também este é um indicador sem um valor de referência, sendo certo que, quanto mais elevado, mais eficiente é a empresa ou o setor. Há que ter algum cuidado com a utilização deste rácio para avaliar as empresas com um endividamento muito elevado, pois ele não tem em linha de conta o custo do pagamento de juros. Portanto, com a devida ressalva, até porque o rácio de *Endividamento* das empresas alvo desta amostra resultou na conclusão de que a maioria dessas empresas se financia em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, não deixa de ser positivo que a *Margem EBITDA* venha a apresentar uma tendência de melhoria desde 2015, com um aumento acumulado de 1,12 p.p., atingindo, em 2017, 6,34% (considerando o custo com as depreciações e amortizações – Margem EBIT –, o rácio desce para 3,79%). Também neste indicador as empresas com habilitação para realizar obras públicas apresentam melhores resultados.

Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores económicos. O Quadro 34 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

Quadro 34 – Indicadores Económicos, por Regiões (NUTS II)

Indicadores Económicos	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	5.274 €	8.248 €	4.993 €	6.366 €	5.211 €	4.689 €	8.812 €	5.574 €
<i>Rentabilidade do Capital Próprio</i>	5,94%	10,41%	6,43%	7,08%	7,93%	4,33%	4,74%	7,20%
<i>Rentabilidade do Ativo</i>	2,50%	4,22%	2,43%	2,96%	2,74%	1,96%	2,30%	2,75%
<i>Volume de Negócios</i>	174.945 €	236.058 €	200.828 €	217.149 €	223.355 €	182.354 €	345.111 €	215.327 €
<i>Rotação do Ativo</i>	105,71%	132,22%	108,70%	122,76%	127,69%	98,24%	106,03%	121,09%
<i>Rentabilidade das Vendas</i>	2,61%	3,50%	2,38%	2,63%	2,26%	2,32%	2,13%	2,43%
<i>Margem EBITDA</i>	6,55%	7,67%	6,49%	6,54%	6,00%	6,05%	6,29%	6,34%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise do Quadro 34 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo, com a maioria dos rácios a apresentarem desvios face à média nacional de apenas algumas décimas ou centésimas, coexistindo com alguns afastamentos regionais mais significativos, os quais não deixam de ser pontuais. Como esperado, a situação de afastamento, pela negativa, é mais evidente nas regiões autónomas, apesar da Região Autónoma dos Açores apresentar os indicadores com valores absolutos mais altos de Portugal. Neste aspeto, um alerta para a Região Autónoma da Madeira, que é a única a apresentar um valor abaixo de 100% no rácio de *Rotação do Ativo* e é também a única a apresentar um rácio de *Rentabilidade do Ativo* abaixo dos 2%.

O Algarve é a região que apresenta todos os indicadores com valores acima da média nacional, seguida da Área Metropolitana de Lisboa (6 em 7); a Região Autónoma da Madeira é aquela em que, não só os resultados mais se afastam dos totais nacionais, como todos eles ficam abaixo da média nacional; no continente, esse mau desempenho é compartilhado pelas regiões do Centro (6 em 7 abaixo da média) e do Alentejo (5 em 7).

3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

Do conjunto das 25.705 empresas com títulos habilitantes para exercerem atividade no setor da construção para as quais temos informação financeira, foram apuradas as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*¹⁴ contabilizado em 2017 (TOP20).

Quadro 35 – TOP 20 em Volume de Negócios

#	Empresas	Classe de Alvará	Volume de Negócios		Δ
			2016	2017	
1	⇒ EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7	3.186.024.000 €	3.215.628.000 €	0,93%
2	↑ ELEVOLUTION - ENGENHARIA, S.A.	9	299.066.986 €	355.984.959 €	19,03%
3	⇒ TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	308.415.298 €	313.470.254 €	1,64%
4	↑ SIEMENS, S.A.	9	269.765.912 €	299.036.117 €	10,85%
5	↑ MOTA-ENGLI, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	9	266.385.932 €	289.842.085 €	8,81%
6	↑ CABELTE - CABOS ELÉTRICOS E TELEFÓNICOS, S.A.	1	241.227.368 €	271.093.293 €	12,38%
7	↑ EFACEC ENERGIA - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, S.A.	7	237.710.134 €	228.594.824 €	-3,83%
8	☆ HUAWEI TECH.PORTUGAL - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	1	162.949.261 €	179.682.751 €	10,27%
9	⇒ EFACEC - ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A.	9	157.480.074 €	157.749.990 €	0,17%
10	↑ CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.	9	132.124.399 €	140.460.967 €	6,31%
11	↑ DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	9	115.647.236 €	137.436.197 €	18,84%
12	↑ AFAVIAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	107.875.404 €	110.616.296 €	2,54%
13	☆ CIMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA, LDA	9	65.615.448 €	110.149.817 €	67,87%
14	↑ J.H.ORNELAS & CA., SUCESSOR, LDA	3	96.093.261 €	109.247.084 €	13,69%
15	↑ ALVES RIBEIRO, S.A.	9	107.061.189 €	105.783.766 €	-1,19%
16	↑ PROSEGUR - COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA	5	107.833.491 €	105.534.013 €	-2,13%
17	☆ SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	5	93.338.300 €	102.313.197 €	9,62%
18	↓ ERICSSON - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	7	125.193.791 €	101.560.556 €	-18,88%
19	↓ C.M.E. - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELECTROMECÂNICA, S.A.	9	118.410.470 €	101.366.488 €	-14,39%
20	☆ VILA GALÉ - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	5	85.994.474 €	96.283.861 €	11,97%
Total			6.284.212.428 €	6.531.834.514 €	3,94%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O subgrupo das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* (0,08% das 25.705 empresas analisadas) é constituído exclusivamente por empresas com alvará de construção em obras públicas: 11 empresas com alvará de classe 9, 3 empresas de classe 7 e de classe 5, 1 empresa de classe 3 e 2 empresas de classe 1.

No total, estas 20 empresas registaram um valor de *Volume de Negócios* de 6.531.834.514 €, cerca de 3,94% superior ao que estas mesmas empresas tinham apurado no ano anterior, mas 1,27% inferior ao valor do *Volume de Negócios* das TOP20 de 2016 (6.798.940.956 €).

¹⁴ O Volume de Negócios reporta-se a toda a atividade da empresa, e não apenas ao valor afeto à atividade da construção.

Em termos globais, o *Volume de Negócios* registado pelas 25.705 empresas analisadas em 2017 foi de 28.676.942.150 €, 21,43% superior ao apurado em 2016, ano em que as 17.363 empresas então analisadas registaram um valor de 23.615.608.779 €. Este aumento não poderá ser dissociado do facto do número de empresas analisadas ter aumentado 48% de 2016 para 2017.

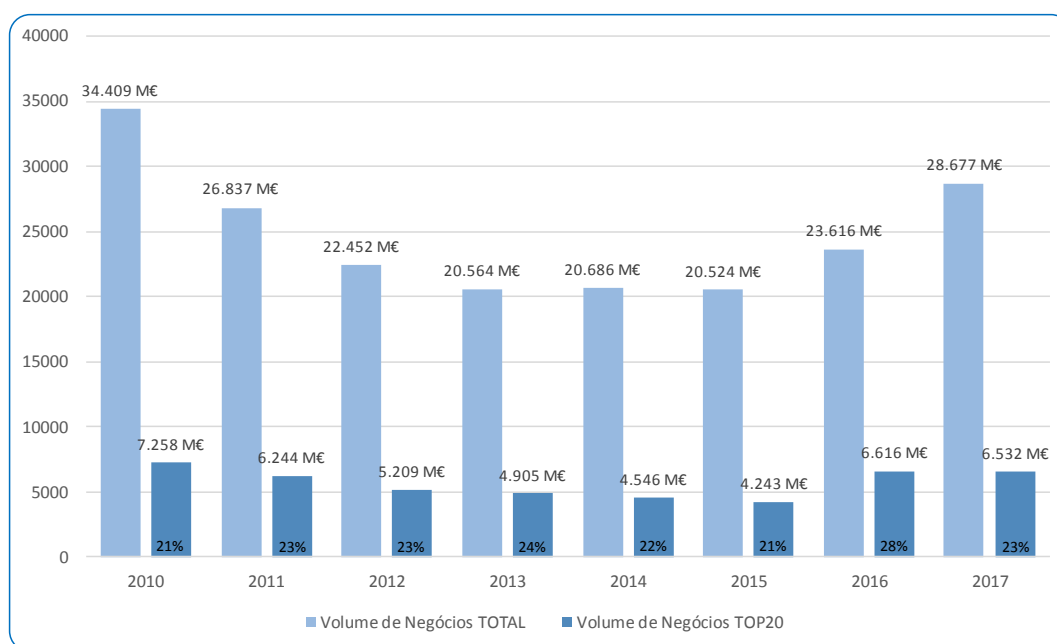
No topo da lista das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* destaca-se a EDP Comercial. Nota ainda para a entrada de 4 novas empresas para o TOP 20, designadamente, a Huawei, a Cimontubo, a Securitas e a Vila Galé (ver nota de rodapé n.º 14).

No TOP 20, a empresa com a data de constituição mais antiga – 1919 – é a J. H. Ornelas & C.ª, Sucessor, Lda., com sede na Região Autónoma dos Açores, e a mais recente – 2004 – é a Huawei Tech. Portugal – Tecnologias de Informação, Lda., com sede na região da Área Metropolitana de Lisboa. De resto, no TOP 20 existem 11 empresas desta NUTS II, tornando-se, desta forma, a região de onde provêm a maioria das empresas. Restam 7 empresas da região Norte e 1 empresa de cada uma das Regiões Autónomas, Açores e Madeira. As regiões Centro, Alentejo e Algarve não têm representantes no TOP 20. De referir, também, que 15 empresas assumem a forma jurídica de sociedades anónimas e as restantes 5 empresas, de sociedades por quotas.

Os dados indicam ainda que 296 das 25.705 empresas apresentam um *Volume de Negócios* igual a zero, mas declaram 544 trabalhadores ao serviço. Já as empresas do TOP 20 declararam 29.309 trabalhadores, o que representa 8,40% do total de trabalhadores declarado pelas empresas da amostra.

O TOP 20 representa 22,78 % do total de *Volume de Negócios* verificado no exercício de 2017, diminuindo em 5,24 p.p. o seu peso face ao ano anterior, o que é perfeitamente natural face ao aumento de 48% no número de empresas da amostra e consequente aumento do *Volume de Negócios* total.

Gráfico 10 – Peso do TOP 20 em termos de Volume de Negócios



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em termos de evolução anual do *Volume de Negócios* entre 2010 e 2017, visível no Gráfico 10, verificou-se um acentuado decréscimo, na ordem dos 40%, entre os anos de 2010 e 2013, passando dos 34.409 M€ em 2010, para os 20.564 M€ em 2013, tendo-se mantido praticamente a esse nível, até 2015. Em 2016 e 2017 assistiu-se a uma recuperação do indicador na ordem dos 40% face a 2015, mas ainda não alcançou os valores do início da década. No entanto, é preciso não descurar a influência do aumento do número de empresas analisadas na obtenção deste valor.

A evolução do peso relativo do volume de negócios das 20 maiores empresas apresentou alguma estabilidade entre 2010 e 2015, apresentando uma ligeira oscilação entre os 21% e os 24%, sendo o ano de 2016 aquele que apresentou uma maior variação em relação ao ano anterior, isto é, 7% e também aquele em que o peso relativo do volume de negócios das empresas do TOP 20 foi mais elevado. Em 2017 o número regressou ao valor modal, isto é, 23%.

Tendo em vista a análise deste subgrupo, foram apurados os indicadores económicos e financeiros das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*.

Quadro 36 – Indicadores Financeiros das TOP 20

Indicadores Financeiros	TOP 20	Amostra
<i>Liquidez Geral</i>	137,10% -	200,96%
<i>Autonomia Financeira</i>	34,92% +	34,25%
<i>Liquidez Reduzida</i>	128,30% -	159,48%
<i>Cobertura do Ativo Não Corrente</i>	212,18% -	367,86%
<i>Solvabilidade</i>	53,74% +	51,80%
<i>Endividamento</i>	65,08% +	65,75%
<i>Estrutura do Endividamento</i>	85,38% -	77,21%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* com o total das empresas analisadas, verifica-se que as primeiras apresentam pior situação financeira nos indicadores de *Liquidez Geral*, *Liquidez Reduzida*, *Cobertura do Ativo Não Corrente* e *Estrutura do Endividamento* e melhor situação nos indicadores de *Autonomia Financeira*, *Solvabilidade* e *Endividamento*, embora nestes três casos a superioridade seja marginal. Realisticamente, neste tipo de indicadores, as empresas do TOP 20 não se diferenciam, pela positiva, dos valores medianos das 25.705 empresas da amostra.

Esta situação poderá estar relacionada com o facto de a política de reajustamento económico implementada para fazer face à crise económica e financeira ter sido especialmente severa para as grandes empresas de construção de obras públicas e, não tendo o Estado voltado aos níveis de investimento em obra pública prévios à crise, também as empresas não recuperaram totalmente a sua situação.

Contudo, é de assinalar a melhoria de todos os indicadores face a 2016, com a exceção do rácio da *Estrutura do Endividamento*, o que significa, neste último caso, que o passivo exigível a curto prazo aumentou para as empresas do TOP 20.

Quadro 37 – Indicadores Económicos das TOP 20

Indicadores Económicos	TOP 20	Amostra
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	7.631.923 € +	5.574 €
<i>Rentabilidade do Capital Próprio</i>	9,20% +	7,20%
<i>Rentabilidade do Ativo</i>	3,05% +	2,75%
<i>Volume de Negócios</i>	138.948.582 € +	215.327 €
<i>Rotação do Ativo</i>	100,19% -	121,09%
<i>Rentabilidade das Vendas</i>	3,10% +	2,43%
<i>Margem EBITDA</i>	7,06% +	6,34%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente aos indicadores económicos, verifica-se que, tal como já havia sucedido em 2016, as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*, em comparação com o total das empresas analisadas, apenas apresentam piores resultados relativamente à *Rotação do Ativo*. Factualmente, pode-se concluir que as empresas do TOP 20 são estruturalmente mais eficientes e têm melhor desempenho nos indicadores de rentabilidade.

Comparativamente com 2016, os resultados do TOP 20 são globalmente melhores, mesmo que o *Volume de Negócios* tenha decrescido 1,6% e a *Rentabilidade das Vendas* recuado 0,37 p.p. Nos restantes rácios, nota para os valores substancialmente melhores da *Rotação do Ativo* (+30 p.p.), para o aumento dos lucros em 4,8%, com influência na *Rentabilidade do Capital Próprio* e na *Rentabilidade do Ativo*, assim como para a manutenção da *Margem EBITDA*. A *Margem EBIT*, referida em alguns pontos deste relatório, uma vez que é utilizada pelo GPoC 2017, atinge, para as empresas do TOP 20, 4,75%, o que é um pouco inferior aos 4,83% de 2016.

4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS

Com o objetivo de se elaborar uma análise comparativa da situação económico-financeira das empresas do sector da construção com as suas congéneres europeias, apresenta-se um conjunto de rácios obtidos a partir dos dados disponíveis na base de dados *Bank for the Accounts of Companies Harmonized – BACH*, disponibilizada pelo *Banque de France*.

Os dados correspondem ao valor do quartil mediano da totalidade das empresas registadas no sector da construção de cada país, isto é, abrangem todas as empresas com um CAE referente à atividade de construção, independentemente de serem ou não titulares de um alvará de construção.

Estão disponíveis, para o quadriénio 2014 – 2017, dados dos seguintes países: Alemanha, Espanha, França, Itália, Polónia, Portugal, Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca e Luxemburgo. Contudo, apenas os 6 primeiros têm dados de 2017. Uma vez que este relatório versa sobre o último ano, a análise que se segue será confinada a esses 6 países.

A análise desses dados permite identificar as diferenças do sector da construção dos diversos países numa ótica de Gestão Financeira. No entanto, deve ter-se em conta que os valores apresentados correspondem a amostras com níveis de representatividade muito distintos para cada país. O Quadro 38 dá conta da representatividade da amostra face ao universo empresarial com CAE do setor da construção, quer em termos de número de empresas, quer em termos de volume de negócio dessas empresas.

Quadro 38 – Representatividade da amostra por país

País	Número de Empresas	Volume de Negócios
<i>Alemanha</i>	3,1%	25,9%
<i>Espanha</i>	25,6%	n.d.
<i>França</i>	26,5%	82,5%
<i>Itália</i>	100%	100%
<i>Polónia</i>	n.d.	n.d.
Portugal	100%	100%

Fonte: BACH/ Banque de France

É possível verificar que Portugal e Itália têm as empresas com CAE do setor completamente representadas, enquanto Espanha e França têm um pouco mais de ¼ desses agentes económicos, apesar de, no caso francês, os mesmos representarem mais de 80% do volume de negócios do setor. Já no caso da Alemanha, as apenas 3,1% de empresas representadas valem 25,9% dos negócios, o que é sinónimo da presença de grandes atores nos dados alemães. Finalmente, no caso da Polónia, não se conhece a representatividade da amostra.

Os dados disponíveis permitiram elaborar o Quadro 39, que apresenta os valores do último ano disponível, assim como a tendência observada no quadriénio referido.

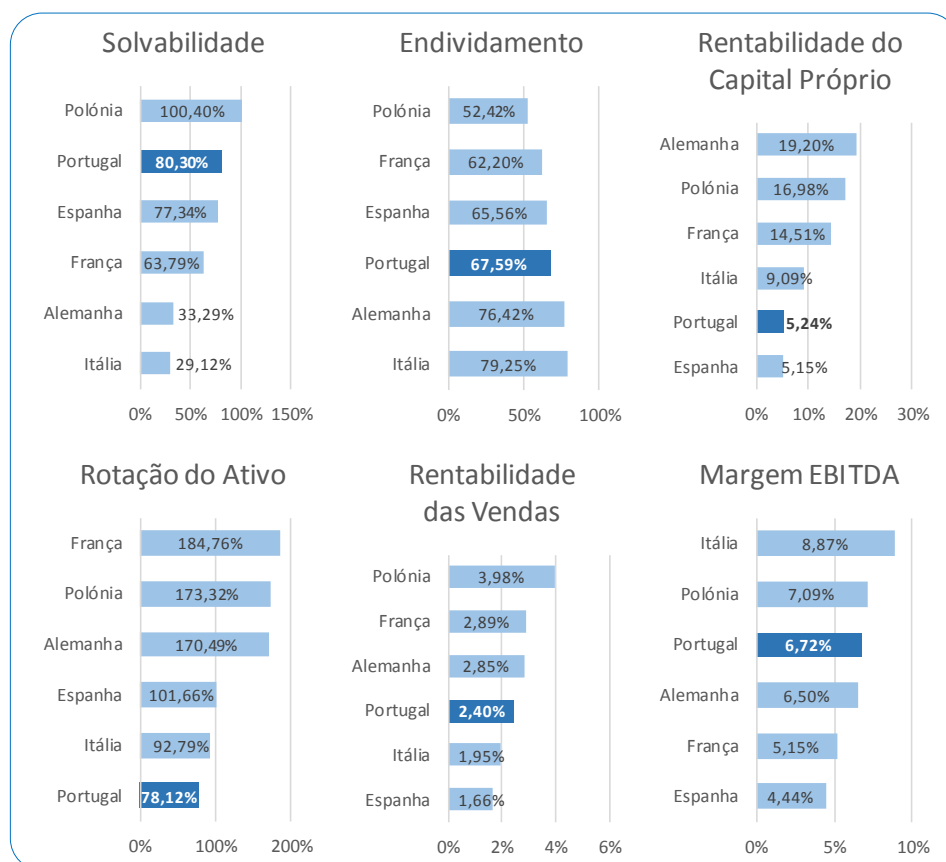
Quadro 39 – Valores médios dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus

País	Solvabilidade	Endividamento	Rentabilidade do Capital Próprio	Rotação do Ativo	Rentabilidade das Vendas	Margem EBITDA
Alemanha	33,29%	76,42%	19,20%	170,49%	2,85%	6,50%
Espanha	77,34%	65,56%	5,15%	101,66%	1,66%	4,44%
França	63,79%	62,20%	14,51%	184,76%	2,89%	5,15%
Itália	29,12%	79,25%	9,09%	92,79%	1,95%	8,87%
Polónia	100,40%	52,42%	16,98%	173,32%	3,98%	7,09%
Portugal	80,30%	67,59%	5,24%	78,12%	2,40%	6,72%

Fonte: BACH/ Banque de France

O Quadro 39 mostra inequivocamente a boa performance do setor de construção português nos últimos 4 anos, à luz dos dados BACH. De entre os países analisados, Portugal é aquele que apresenta as linhas de tendência de crescimento mais linear, apresentando inclusivamente uma performance melhor que Espanha, o outro país que, a par de Portugal, tem melhorado em todos os indicadores, mas não de uma forma tão consistente. Os restantes países intercalam anos de crescimento com outros em que tal não acontece (o melhor exemplo é o que acontece com a Polónia) e chegam, inclusivamente, a apresentar indicadores com tendências claras de degradação da sua evolução (por exemplo, a Rotação do Ativo na Alemanha).

Gráfico 11 – Comparativo dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus



Fonte: BACH/ Banque de France

Individualmente, por indicador, o Gráfico 11 dá-nos uma melhor perspetiva da posição de Portugal comparativamente aos restantes parceiros europeus. Nele, pode-se verificar que, à exceção do indicador referente à *Rotação do Ativo*, em nenhum outro caso Portugal aparece no último lugar. Destaque para a segunda posição no que toca ao rácio de *Solvabilidade*, logo depois da Polónia, e também para os valores médios dos indicadores de *Endividamento*, *Rentabilidade das Vendas* e *Margem EBITDA*. Nota ainda para a performance mais fraca na *Rentabilidade do Capital Próprio*, apenas melhor do que a Espanha, indicador em que, curiosamente, os três países com piores resultados passaram por políticas de reajustamento económico muito violentas durante a última crise financeira.

Comparativamente a 2016, Portugal melhora a posição no rácio de *Solvabilidade* (de 3.º para 2.º), piora a posição no rácio da *Margem EBITDA* (de 1.º para 3.º) e mantém as posições nos restantes indicadores. Portanto, apesar da boa performance do setor em Portugal, quando se compara a mesma com os dados disponibilizados pela BACH relativamente a estes 5 países, verifica-se que, na generalidade dos casos, a performance não foi suficiente para melhorar a posição relativa do país.

SÍNTESE

Com vista a uma caracterização genérica das empresas reguladas pelo IMPIC **detentoras de títulos habilitantes em construção**, analisaram-se os dados existentes, quer no IMPIC, quer em bases de dados nacionais e internacionais, relativos ao ano de 2017.

A análise com vista ao enquadramento do **setor da construção em Portugal** e a sua comparação com o ocorrido em termos mundiais e europeus revelou-nos uma recuperação muito abaixo dos valores médios globais, verificando-se essencialmente nos valores absolutos e continuando a perder nos valores relativos, sinónimo da **redução da importância económica do setor** em Portugal, apresentando este uma recuperação ainda marginal e muito longe dos valores de há uma década. Portugal consegue ter 2 representantes no TOP 100 mundial e ocupar a 11.^a posição dos países europeus nesse *ranking*. A informação recolhida prevê que, no setor da construção, **Portugal invista acima da média comunitária** no triénio 2017-2019.

Ao nível do **tecido empresarial**, as 15.710 empresas detentoras de **Alvará de Obras Públicas** (com 15.587 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de **83,51%** do total da amostra (18.811), enquanto as 3.101 empresas detentoras de **Alvará de Obras Particulares** (com 2.978 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de **16,49%**. Já as 123 empresas simultaneamente detentoras de Alvará de Obras Públicas e Particulares representam 0,65% da amostra. Comparativamente ao período homólogo, verifica-se um crescimento de 6,23% dos alvarás de obras particulares em detrimento dos alvarás de obras públicas.

Verificou-se ainda que **mais de 1/3 das empresas se encontram registadas na Região Norte**, região onde as pequenas e microempresas têm mais peso, com 43,14%, 42,36% e 36,51%, respetivamente, do total nacional. Já a **Área Metropolitana de Lisboa é a que acolhe a maior percentagem de grandes empresas**, com 55,75% do total, seguida da região Norte com 29,20% e da região Centro com 7,96%.

No presente estudo foi considerado o universo de **48.026 entidades com 50.593 títulos habilitantes**. Desse universo, foram identificadas as **25.705 entidades para as quais existe informação financeira**, número que constituiu a amostra trabalhada. Essa amostra é representativa de 53,78% das empresas com NIF português e títulos habilitantes válidos.

Tal como aconteceu em 2016, as **microempresas são dominantes nos certificados**, assim como nas classes 1 e 2 de alvarás; **as PME são predominantes nas classes 3 a 8** (destas, nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas e, nas classes 7 e 8, a preponderância são as médias empresas); **as grandes empresas são maioritárias na classe de habilitações mais elevada (9)**.

As empresas da amostra empregam cerca de **350.000 trabalhadores**, sendo que a média do número de trabalhadores é tanto mais alta quanto a dimensão da empresa e quanto maior o título habilitante que possui.

A análise da situação económico-financeira foi efetuada tendo em conta vários **indicadores**, desde logo, os definidos por Lei, como são os casos do *Capital Próprio*, da *Liquidez Geral* e da *Autonomia Financeira*. Depois, foram também alvo de análise a *Liquidez Reduzida*, a *Cobertura do Ativo Não Corrente*, a *Solvabilidade*, o *Endividamento*, a *Estrutura de Endividamento*, o *Resultado Líquido do Exercício*, a *Rentabilidade do Capital Próprio*, a *Rentabilidade do Ativo*, o *Volume de Negócios*, a *Rotação do Ativo*, a *Rentabilidade das Vendas* e a *Margem EBITDA*.

No caso da **Liquidez Geral** e da **Autonomia Financeira**, 50% das empresas apresentaram **rácios superiores a 201% e 34%**, respetivamente, valores marginalmente diferentes aos verificados em 2016 (199% e 35%, respetivamente).

No que respeita aos **valores mínimos definidos por Lei** relativamente aos primeiros rácios, verificaram-se os seguintes **incumprimentos**: das empresas da amostra, 11,3% não cumpriam os valores mínimos de *Capital Próprio*, 6,82% não cumpriam o valor mínimo de *Liquidez Geral* e 4,38% não respeitavam o valor mínimo de *Autonomia Financeira*.

A análise ao **conjunto dos indicadores financeiros** (*Liquidez Reduzida, Cobertura do Ativo Não Corrente, Solvabilidade, Endividamento e Estrutura de Endividamento*) evidencia alguns aspetos: primeiro, que **o setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos**, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho; depois, que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, portanto, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares; por último, **as tendências evolutivas dos indicadores são, na sua maioria, positivas**, com a *Liquidez Reduzida* a crescer, a *Solvabilidade* e o *Endividamento* a manterem-se praticamente estáveis nos últimos 3 anos (-1,33 p.p. e +0,69 p.p., respetivamente), o valor da *Estrutura do Endividamento* a baixar, sinónimo de menores dificuldades de tesouraria, e, por último, a *Cobertura do Ativo Não Corrente* a manter-se num valor muito elevado, apesar da tendência de diminuição (-38,82 p.p. em 3 anos).

Quanto aos **indicadores económicos** (*Resultado Líquido do Exercício, Rentabilidade do Capital Próprio, Rentabilidade do Ativo, Volume de Negócios, Rotação do Ativo, Rentabilidade das Vendas e Margem EBITDA*), em 2017 verificou-se, na generalidade, uma **melhoria nos valores** relativamente a 2016, apresentando estes uma performance melhor do que os indicadores financeiros, pois, dos 7 indicadores, apenas o *Volume de Negócios* apresentou piores valores do que no ano transato.

Nota especial para o facto de que **o número de empresas com Resultado Líquido do Exercício negativo apresentar um decréscimo consistente desde 2014**, mesmo tendo presente que o número de empresas alvo de análise aumenta de ano para ano, passando de 14.709 em 2014, para 25.705 em 2017. O número de empresas com prejuízo continua a diminuir em termos absolutos de ano para ano, e isso ainda é mais evidente se a análise for feita em termos relativos: 27% em 2014, 23% em 2015, 21% em 2016 e 19% em 2017.

As **20 maiores empresas** de construção em termos de *Volume de Negócios* declararam, em 2017, um valor de **Volume de Negócios superior a 6,5 mil milhões de euros**, o que corresponde a cerca de **23%** do **Volume de Negócios total** registado pelas empresas analisadas, no valor de cerca de **28,7 mil milhões de euros**.

Comparativamente com 2016, **os resultados do TOP 20 são globalmente melhores**, mesmo que o *Volume de Negócios* tenha decrescido 1,6% e a *Rentabilidade das Vendas* recuado 0,37 p.p. Nos restantes rácios, nota para os valores substancialmente melhores da *Rotação do Ativo* (+30 p.p.), para o aumento dos lucros em 4,8%, com influência na *Rentabilidade do Capital Próprio* e na *Rentabilidade do Ativo*, assim como para a manutenção da *Margem EBITDA*.

Na **análise comparativa com os restantes países europeus** de que foi possível dispor de dados, verificou-se que, em termos médios relativos, o sector da construção nacional apresenta **níveis médios de Endividamento, Rentabilidade das Vendas e Margem EBITDA**.

No que se refere à **Rentabilidade do Capital Próprio** e à eficiência na utilização do Ativo, expressa pelo indicador **Rotação do Ativo**, Portugal apresenta **dos valores mais baixos entre os países europeus**.

Por outro lado, em Portugal, o sector da construção nacional melhorou a **Solvabilidade**, sendo agora **o segundo melhor** dos países analisados.

Em conclusão, os resultados do ano de 2017 continuam a ser indissociáveis da crise económica e financeira mundial entre 2008 e 2014 e das políticas de austeridade então implementadas para redução do défice. Não obstante o setor estar longe de recuperar do grande desinvestimento verificado, pode afirmar-se que essa recuperação está em curso, tendo-se verificado uma melhoria significativa em todos os indicadores financeiros e na generalidade dos índices, também refletidos nos resultados comparativos entre Portugal e outros países europeus.